

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CAMPUS III - BACABAL
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS -
SOCIOLOGIA**

CLEIDIANE ALVES DE FREITAS

**FAMÍLIA x ESCOLA: um estudo sobre a relação e suas
implicações no processo de ensino/aprendizagem na Educação
Infantil da Unidade de Educação Infantil Casulo Mãe Eugênia**

**BACABAL - MA
2018**

CLEIDANE ALVES DE FREITAS

FAMÍLIA x ESCOLA: um estudo sobre a relação e suas implicações no processo de ensino/aprendizagem na Educação Infantil Da Unidade De Educação Infantil Casulo Mãe Eugênia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Do Maranhão como resultado (final) da pesquisa para obtenção do título de Licenciada no curso de Ciências Humanas – sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria José dos Santos

**BACABAL - MA
2018**

**Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA**

FREITAS, CLEIDIANE ALVES DE.

FAMÍLIA X ESCOLA: um estudo sobre a relação e suas implicações no processo de ensino/aprendizagem na Educação Infantil da Unidade de Educação Infantil Casulo Mãe Eugênia / CLEIDIANE ALVES DE FREITAS. - 2018.

79 f.

Orientador (a): MARIA JOSÉ DOS SANTOS.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal, MA. 2018.

1. Educação Infantil. 2. Escola. 3. Família. 4. Participação. I. SANTOS, MARIA JOSÉ DOS. II. Título.

CLEIDIANE ALVES DE FREITAS

FAMÍLIA x ESCOLA: um estudo sobre a relação e suas implicações no processo de ensino/aprendizagem na Educação Infantil da Unidade de Educação Infantil Casulo Mãe Eugênia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Do Maranhão como resultado (final) da pesquisa para obtenção do título de Licenciada no curso de Ciências Humanas – sociologia.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Maria José dos Santos
Presidente

Prof^a. Ma. Grace Kelly Silva Sobral Souza
1^o Avaliador - UFMA

Prof^o. Me. Jadeylson Ferreira Moreira
2^o Avaliador - UFMA

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Ariston Alves de Freitas (*in memoriam*) e Terezinha Alves de Freitas, por me concederem a vida, uma educação valorosa, pelo exemplo que foram, porto seguro em minha vida e pelo amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ser a luz que me guia, meu protetor, por me dá forças para vencer os desafios da vida.

A meu esposo, Eduardo Silveira, que sempre me apoiou e me incentivou a continuar seguindo em frente em cada batalha.

A meus irmãos, Cleidson Freitas e Gleison Freitas, que estão sempre presente em minha vida.

A meus filhos, que são meus presentes de Deus e que são o motivo de continuar “lutando”.

Aos meus tios e tias, que também me inspiraram na busca de conhecimentos.

À professora Maria José, por seus ensinamentos e serenidade em suas orientações, e a todos os professores que contribuíram com meu aprendizado.

A todos que conhecem minha trajetória e que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos meus colegas da turma de 2012 e, em especial, da turma de 2016, que me acolheram muito bem, pois fiz amizades que levarei para vida toda, e aos de outras turmas das quais pude fazer parte.

Aos gestores, professores e pais que se propuseram a colaborar com esta pesquisa.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente puderam contribuir com minha vida acadêmica.

EPÍGRAFE

“Não se pode educar eficientemente se os pais e professores se desconhecem, se a educação escolar estiver isolada da educação familiar.”

(Suenens, 1992)

RESUMO

O estudo das relações e implicações no processo de ensino/aprendizagem na Educação Infantil tem o objetivo de compreender como se dá o processo de aproximação da família na escola e até que ponto há essa aproximação na UEl Casulo Mãe Eugênia constituída como universo empírico desta pesquisa. Os objetivos específicos estabelecidos para este estudo pretendem identificar as formas de participação da família na escola, bem como verificar as estratégias usadas pela instituição para a participação da família no convívio escolar analisando assim os principais efeitos da participação ou da não participação da família na escola do educando. Visando investigar a importância da família na participação do processo de ensino-aprendizagem e por que a participação ativa da família nesse processo de aprendizagem das crianças da educação infantil é fundamental para o sucesso escolar. Para se alcançar tal objetivo, optou-se pela realização de pesquisa bibliográfica, descritiva e quantitativa/qualitativa em uma escola “periférica” do município de Bacabal, na qual participaram nove pais e quatro professoras fazendo-se o uso de questionário semiestruturado para coleta de dados, construído especificamente para esta pesquisa, tendo como suporte teórico autores como Bourdieu, Saviani, Nogueira, entre outros autores da área da sociologia e outras afins. Os resultados obtidos demonstram que família e escola reconhecem a relevância de tais instituições no desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem do educando na Educação Infantil. No entanto, mesmo conscientes das implicações que se resultam dessas interações, os objetivos em comum entre escola e família muitas vezes encontram dificuldades para serem alcançados.

Palavras-chave: Família. Escola. Participação. Educação Infantil.

ABSTRACT

The study of the relationships and implications in the teaching / learning process in Early Childhood Education has the objective of understanding how the process of approaching the family in the school takes place and to what extent there is this approach in the UEI Casulo Mother Eugênia constituted as the empirical universe of this research. The specific objectives established for this study are intended to identify the forms of family participation in school, as well as to verify the strategies used by the institution for the participation of the family in the school community, thus analyzing the main effects of participation and / or non participation of the family. family at the school of the student. Aiming to discover the importance of the family in the participation of the teaching-learning process and why the active participation of the family in this process of learning the children of children's education is fundamental for school success. In order to reach this objective, a bibliographic, descriptive, quantitative / qualitative research was carried out in a "peripheral" school in the municipality of Bacabal. With participation of nine parents and four teachers making use of semi-structured questionnaire for data collection, built specifically for this research. Having as theoretical support authors such as Bourdieu, Saviani, Nogueira, among other sociological authors. The results show that the family and school recognize the relevance of such institutions in the development of the teaching / learning process of the student in Early Childhood Education. However, they are aware of the implications of these interactions, and that common goals between school and family often find it difficult to achieve.

Keywords: Family. School. Participation. Child education.

LISTAS DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 _ Opinião das professoras sobre o ambiente escolar.....	42
GRÁFICO 2 _ Frequência do contato dos pais com a Escola.....	47
GRÁFICO 3 _ O trabalho é fator de impedimento para os pais participarem das tarefas escolares.....	56
GRÁFICO 4 _ Participação dos pais nas reuniões da escola.....	58
GRÁFICO 5 _ Motivos que impedem os pais de participarem de reuniões e atividades.....	59
GRÁFICO 6 _ Motivos que dificultam a participação dos pais nas atividades escolares.....	60
GRÁFICO 7 _ Estratégias importantes para aproximar os pais da escola.....	61
GRÁFICO 8 _ Participação dos pais na escola e no desenvolvimento de atividades de ensino/aprendizagem.....	62

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Perfil do professor.....	40
TABELA 02 _ Perfil dos pais de alunos.....	54

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

COEPRE - Coordenação de Educação Pré-Escolar

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

LDBEN - Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MIEIB - Movimento Inter fóruns de Educação Infantil do Brasil

OMEP - Organização Mundial de Ensino Pré-escolar

ONGs - Organizações Não Governamentais

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

RCNEI – Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. PARTICIPAÇÃO: reflexões sobre o conceito	19
1.1. CONHECENDO O CAMPO DE PESQUISA: um pouco do histórico da escola.....	21
2. EDUCAÇÃO INFANTIL: o lugar da infância no processo histórico e escolar	25
2.1 Família e escola: construindo parcerias, estreitando laços.....	32
3. ADENTRANDO O ESPAÇO ESCOLA: um olhar a partir dos sujeitos professores e pais.....	40
3.1 O olhar das professoras sobre a relação família x escola na creche Casulo Mãe Eugênia	40
3.2 Outras vozes, outras percepções: os pais e as relações família x escola.....	54
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	69
ANEXO	73
APÊNDICES	76

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar as questões que envolvem a relação família e escola surgiu por volta do ano de 2004, quando comecei a lecionar no Ensino Fundamental. Trabalhando como professora¹ da Educação Básica, pude estar muito próxima ao universo escolar e conseqüentemente perceber como a relação família e escola se estabelecia naquela instituição, algumas dificuldades presenciadas nessa relação moveram meu interesse em estudar mais profundamente a temática.

Nestes anos, estive à frente de uma sala de aula com crianças na faixa etária de seis a dez anos de idade, os quais se encontravam em fase de aprendizado em sentido sistematizado e em consideráveis processos de mudanças físicas, afetivas, comportamentais, sensório-motora, inclusive, intelectuais. Considero importante informar que a experiência ainda envolveu alunos de onze a quatorze anos de idade que também apresentaram algum tipo de dificuldade na relação família/escola.

Nesse período, pude observar o quão importante é a família no desenvolvimento do educando no processo de aprendizagem. Isso me proporcionou interesse substancial, especialmente voltado para a Educação Infantil, onde pode se pressupor que o intuito da família em auxiliar o educando no processo de ensino/aprendizado se dá com maior relevância.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular 2016 (BNCC), “Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional” (BRASIL, 2016, p.32). Este conceito destaca a Educação Infantil como início de um longo processo pelo qual passa o indivíduo, o qual articula suas aprendizagens e seu desenvolvimento durante todas as etapas e níveis de educação.

Paviani (2008) afirma que “Descartes, no discurso do método, narra sua formação e conclui que o conhecimento necessita de bases sólidas” (Paviani, 2008, p. 14). Essa afirmação de Paviani nos leva a pensar em um referencial de grandes

¹ Professora no Ensino Fundamental, de 1º ao 9º ano, formada em Magistério no Ensino Médio Regular. Contratada pela Prefeitura Municipal de Bacabal através da Secretaria municipal de Educação. No período de 04/03/2004 à 22/12/2012.

filósofos; porém, na educação infantil, o pilar de “sustentação” de todo o ensino não é diferente, suas bases devem ser sólidas para que ao final do ciclo o indivíduo possa tornar-se um sujeito de conhecimentos, com potencialidades e que seja um cidadão consciente e reflexivo.

Os estudos acadêmicos, a participação em seminários, as leituras e trabalhos apresentados e/ou produzidos, debatendo a educação a partir das concepções de autores como Bourdieu e outros no campo da Sociologia; Bourdieu (2013), sobre a problemática das desigualdades sociais originárias do meio social, aponta a questão do capital cultural pré-existente no âmbito familiar e sua influência no desenvolvimento escolar da criança.

Para Bourdieu o capital cultural consiste nas ideias e conhecimentos adquiridos pelas pessoas na vida social (JOHNSON, 1997). Segundo ele:

O capital cultural pode existir sob três formas: no *estado incorporado*, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no *estado objetivado*, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemas, etc.; e, enfim, no *estado institucionalizado*, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, garantia – propriedades inteiramente originais (Bourdieu, 2007. p 74).

Estudos nesse campo, que elucidaram a percepção da infância e conceituaram a educação, em especial durante meus estágios e minha participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), onde estive em contato direto com a sala de aula do Ensino Fundamental (série finais) e do Ensino Médio, foram experiências pelas quais pude perceber que a complexidade e diversidade de suas disposições sociais e culturais vêm se agravando, talvez por falta de uma base sólida durante a Educação Infantil, evidenciando-se ao longo dos demais anos.

É importante, ainda, levar em consideração os problemas pelos quais a Educação Infantil vem atravessando e que se acumulam ao longo de décadas, o que também pode levar a apresentar consequências nos outros níveis de educação. É comum encontrar adolescentes e jovens com problemas na prática da

escrita, da leitura e da compreensão, além da relação interpessoal e da formação de caráter e valores, o que torna o aprendizado nas séries finais mais difícil. Essas observações aguçaram ainda mais meu interesse em investigar se as dificuldades encontradas nas séries finais advinham da Educação Infantil mediante a falta ou a não participação da família nessa fase.

Considerando as questões apresentadas, tomo como objetivo a busca por compreender como se dá o processo de aproximação da família na escola e até que ponto há essa aproximação. Estarei buscando identificar as formas de participação da família na escola, bem como verificar as estratégias usadas pela instituição para participação da família no convívio escolar, analisando assim, os principais efeitos da participação ou da não participação da família na escola do educando, traçando o lado positivo e/ou negativo da participação da família no ambiente escolar, nas tarefas e atividades desenvolvidas por ela.

Para realização de tal intento, torna-se fundamental investigar qual a importância da família na participação do processo de ensino-aprendizagem e por que a participação ativa da família nesse processo de aprendizagem das crianças da educação infantil é fundamental para o sucesso escolar. Muitas questões são levantadas acerca da participação da família nas atividades desenvolvidas pelas instituições escolares, porém também muitas são as respostas dadas a elas.

A pesquisa, quanto ao objetivo, será de caráter descritivo qualitativo, pois busca descrever algumas formas de participação da família dentro do contexto escolar, levando em consideração as ações dos indivíduos pesquisados, apresentando os resultados analisados. Também será de caráter quantitativo mediante o levantamento e a coleta de dados através de aplicação de questionários estruturado e/ou semiestruturado realizados com profissionais da educação e com os pais dos educandos. A abordagem qualitativa ainda buscará apoio na pesquisa bibliográfica, com fins a explicação e análise dos dados coletados.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL, 1989, p. 71).

O levantamento bibliográfico neste tipo de pesquisa é fundamental, pois é a partir dele que tomarei conhecimento do que já tem sido produzido nessa área, o que contribuirá para ampliação do meu olhar sobre o assunto, bem como orientará as contribuições que poderei trazer com essa investigação, tendo em vista que não se tem conhecimento de bibliografias nesta área em nosso município.

O questionário foi um instrumento que se fez necessário, pois me permitiu fazer o levantamento e a coleta de dados necessários para o conhecimento de fatos e situações que englobam as relações aqui investigadas.

De acordo com Gil (2008):

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p. 121).

Elegi como sujeitos para interlocução na pesquisa, quatro professoras dessa instituição das turmas finais, ou seja, jardim II trata-se das turmas de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Enquanto professora de história das séries de sexto ao nono ano, anos atrás, pude perceber que muitos professores² queixavam-se que algumas crianças e adolescentes vindas da Educação Infantil e Ensino Fundamental menor pouco haviam sido alfabetizadas, apreendido valores, concepção de respeito, educação para o meio social ou formado caráter idôneo entre outros, o que consideravam tornar mais “difícil” o seu trabalho, “culpando” os professores de tais etapas anteriores por essas situações.

Entretanto, é, ou deve ser de conhecimento dos professores que os dois anos iniciais do Ensino Fundamental também estão voltados para a alfabetização das crianças, como cita a Base Nacional Comum curricular: “é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize” (BRASIL, 2016, p. 85), e que é ao longo dos anos posteriores que o indivíduo estará construindo e aperfeiçoando suas potencialidades, conhecimentos e buscando exercer sua cidadania, o que, por si só, já poderia ser explicação, para se evitar certas acusações e busca por culpados.

² Troca de experiências em formações continuadas

Em algumas visitas e por meu filho fazer parte do quadro de alunado, pude fazer observações assistemáticas. Procurei conversar e fazer pequenas anotações observando o ambiente. Familiarizei-me com os horários e sempre que possível busquei extrair algumas conversas com as professoras, sem atrapalhar suas atividades diárias, e a partir dessas conversas fiz a escolha das professoras que viriam responder os questionários posteriormente, durante a investigação.

Esta pesquisa também se estende aos pais dos alunos das mesmas turmas que as professoras lecionam, com aqueles considerados “participativos e não participativos”, uma média de doze pais.

Buscando respostas para o problema aqui exposto, em algumas de minhas conversas com as professoras em sala de aula tentei traçar o perfil dos pais, de modo a selecionar os que eram considerados os mais participativos e os menos participativos. Entretanto, mesmo com essa estratégia de aproximação apenas nove pais responderam ao questionário e participaram da investigação.

Antes de iniciar propriamente dita a pesquisa de campo, como citado acima, em minhas visitas, assim como fiz contato com as professoras, também procurei fazer contato com alguns pais que “selecionei”, para minha possível abordagem tentando manter contato com o público alvo e criando uma espécie de “intimidade” para que futuramente não houvesse recusa às respostas do questionário, porém mesmo com esta estratégia, como dito anteriormente, houveram algumas rejeições.

1. **PARTICIPAÇÃO:** reflexões sobre o conceito

Considero importante abrir um parêntese, nesse ponto, para pensar sobre o sentido de participação. Afinal, o que é participação? Segundo o dicionário Houaiss, participação é: “dar parte a; ter ou tomar parte; ter natureza ou qualidades comuns a algum indivíduo” (Houaiss, 2011, p. 702). Bordenave (1994) afirma que, ao se fazer a pergunta o que é participação, a maioria das pessoas responderão que é fazer parte, tomar parte ou ter parte. O que de certa forma concorda com o significado do dicionário. Para ele, dependendo da maneira em que o indivíduo participa, pode expressar duas formas: a participação passiva ou ativa. No entanto, segundo ele, “a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte” (BORDENAVE, 1994, p. 11).

O indivíduo apresenta uma necessidade humana de participação, seja ela primária, secundária ou terciária. “As pessoas participam em sua família, em sua comunidade, no trabalho, na luta política” (BORDENAVE, 1994, p. 11). Em todos os momentos de sua vida ou em algum tipo de grupo os indivíduos procuram estar presentes participando em algo ou alguma coisa. Seja ela uma participação passiva ou mesmo uma participação ativa, engajando-se profundamente naquilo que está almejando.

Neste sentido a família ao participar do desenvolvimento sociocultural, afetivo, cognitivo, psicológico da criança, dentre outros, estará participando em nível micro, pois está em acordo apenas com o âmbito escolar em que se espera que esta desenvolva aspectos que desencadeiem a educação que antecede a de nível fundamental considerada mais tradicional e sistematizada. “Aos sistemas educativos, formais e não-formais, caberia desenvolver mentalidades participativas pela prática constante e refletida da participação”. (BORDENAVE, 1994, p. 25-26). Porém tal participação incidirá no “florir” e desencadeamento do desenvolvimento intelectual do educando.

Com o nascimento, crescimento e conseqüentemente a inclusão de meus filhos no âmbito escolar, meu interesse tornou-se ainda maior em estudar a relação família x escola em especial na Educação Infantil, por se tratar de um ambiente no qual, esses indivíduos, a meu ver, necessitam ainda mais de atenção e

acompanhamento. É importante evidenciar que este nível de educação é essencial para que os sujeitos possam obter êxito nos ciclos posteriores.

A Educação Infantil, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, constitui-se como primeira etapa da Educação Básica, o que justifica a necessidade de estudo/investigações nesse campo, dada sua importância, enquanto suporte e sustentação para o desenvolvimento do educando nos demais níveis educacionais. Conforme Kramer (2006):

[...] educação infantil e Ensino Fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso, [...]. Na educação infantil e no Ensino Fundamental, o objetivo é atuar com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos (Kramer, 2006, p. 810).

Assim como os anos iniciais do Ensino Fundamental dão apoio às séries finais, a Educação Infantil torna-se o primeiro alicerce na base de toda educação adquirida pelo indivíduo, pois partem de suas experiências, relações sociais, assim como produção de cultura e conhecimento. Estes, por sua vez, têm seu início nessa faixa etária da educação.

As Unidades de Ensino da Educação Infantil são de extrema importância para a formação, convivência e introdução de outros e novos contextos de socialização na vida da criança, por isso torna-se relevante a preocupação em acompanhar o desenvolvimento desses indivíduos, buscando participar ativamente das atividades desenvolvidas na escola ou mesmo auxiliando-as em outras tarefas.

Em Berger e Luckman (2004), para que haja socialização entre indivíduos, é necessário que ocorra a interiorização da compreensão de nossos semelhantes e da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido tornando-se membro da sociedade a partir desse processo de interiorização. “O processo ontogenético pelo qual isto se realiza é a socialização, que pode assim ser definida como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (Berger e Luckman, ano 2004, p. 175).

Todo indivíduo ao nascer é inserido socialmente em um ambiente. Em sua infância, ele experimenta a socialização primária e por consequência também experimenta uma socialização secundária como esclarecem Berger e Luckman:

A socialização primária é, a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. (BERGER E LUCKMAN, 2004, p. 175).

É na instituição familiar que o indivíduo participa da socialização primária, onde estrará dando início a sua participação na sociedade. Quando este indivíduo passa a fazer parte de outra instituição como a escola, passa pelo processo de socialização secundária, onde entrará em contato com outros indivíduos que não fazem parte do ambiente familiar ao qual está acostumado. É neste momento que o indivíduo passará a socializar-se com outros.

Neste sentido, quando a criança passa a frequentar o espaço de aprendizagem formal é inevitável que haja uma interação entre o eixo família x escola³ e implicações advindas desse processo. Nisto é importante ressaltar a relevância das articulações que elas oferecem e desenvolvem para melhorar a educação de nossas crianças. A questão família x escola é um fator no qual muitos docentes e gestores estão sempre buscando aproximar, por acreditar que o sucesso escolar além de outros fatores, depende, ou pode depender dessa parceria.

1.1. CONHECENDO O CAMPO DE PESQUISA: um pouco do histórico da escola

A pesquisa foi realizada na Unidade de Ensino Infantil Casulo Mãe Eugênia, onde busquei respostas para tentar compreender como se dá o processo de interação entre família e escola, nessa instituição de ensino.



Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pela autora, 2018.

³ Não trata-se aqui de mostrar as diferenças e/ou conflitos entre família e escola, mas que se perceba que ambas devem unir-se em prol do processo de ensino/aprendizado do educando.

A Unidade de Ensino Infantil Casulo Mãe Eugênia é uma escola de “periferia”, localizada no bairro Frei Solano. Atende crianças de vários bairros circunvizinhos como Vila Frei Solano, Novo Bacabal, Setúbal, Vila Pedro Brito e Residencial Terra do Sol I, II, III, IV, e V. Acredita-se concentrar uma grande parte da população pobre da cidade, muitas delas vistas como famílias em estado de “extrema pobreza”, afirmação esta decorrente de opiniões que podem ser derivadas de visões estereotipadas por ser um bairro de periferia, porém nada documentado foi encontrado que pudesse confirmar.

Fundada em 17 de abril de 1990, na administração do prefeito Jurandir Ferro do Lago, na época sob a coordenação de Vanda Maria Frazão e direção de Maria José Rolim. A denominação da instituição foi em homenagem à sogra já falecida do prefeito em gestão na época da sua fundação. Procurou atender a crescente demanda local, onde se estruturava um novo bairro criado a partir de invasão de terras e construído através de mutirões, bairro este denominado Vila Frei Solano.

A escola encontra-se em processo de regularização, seu Projeto Político Pedagógico encontra-se em fase de elaboração, mas com muitas barreiras segundo o diretor da unidade de ensino. O documento encontrado pela instituição que referencie alguma data é bem recente, datado de 28 de maio de 2009 e trata-se do documento do Dinheiro Direto na Escola. O diretor explicou que recebeu a unidade de ensino com muitos problemas, inclusive, quanto a documentação que a regulariza.

Recentemente reformada e reinaugurada no dia 17 de abril de 2018, a U. E. I. Casulo Mãe Eugênia situa-se à Rua Estrada da Bela S/N, na sede de Bacabal, no bairro Vila Frei Solano. Oferece a comunidade uma escola reformada e ampliada, atendendo ao número de 403 alunos em turmas seriadas em maternal II, jardim I e jardim II, atendendo 18 turmas nos turnos matutinos e vespertinos.

Sua estrutura física é composta de três pavilhões, um com quatro salas, um com três e o mais recente com duas salas de aulas amplas e arejadas, na qual as professoras organizam de maneiras diferentes a cada dois ou três dias. Possui cantina, seis banheiros múltiplos para as crianças, dentre eles, um adaptado a crianças com deficiência e dois individuais para os funcionários além de uma área de serviço. Conta ainda com um pequeno pátio coberto e uma área a céu aberto, porém a escola não dispõe de espaço para práticas ao ar livre.

Pertencente à rede pública municipal, a escola possui o quadro de funcionários estabelecido em dezoito professores entre “oficiais⁴” e auxiliares, dois em cada turma, que integram o quadro de funcionários nos dois turnos. Dentre os professores, um se destaca por ser do sexo masculino no qual muitas vezes não se “espera fazer parte” do ambiente escolar na Educação Infantil. Dentre outros servidores temos: um diretor, um diretor adjunto, uma auxiliar administrativa, três vigilantes e nove auxiliares de serviços gerais.

Na Educação Infantil, assim como nos outros níveis da educação, é comum ser mais facilmente encontrado professores do sexo feminino que do sexo masculino; mas qual a razão de professores de sexo masculino serem minoria dentro das funções educacionais seja na Educação Infantil ou no ensino como um todo? Muitas vezes são vistos até como uma “ameaça” a integridade da criança ou por serem considerados mais “durões” e não terem especificidades que os delineiem a esta função.

Segundo Abuchaim, “a profissão docente na educação infantil parece ganhar um adjetivo de ‘feminina’, como se apenas as mulheres pudessem e/ou tivessem interesse na educação de crianças pequenas” (ABUCHAIM, 2018, p.58). A mitificação de professor do sexo feminino, na Educação Infantil, no contexto nacional, há muito construído, generaliza à mulher as funções de cuidado, o que acarreta em certo preconceito, resultando no “pensamento” de professores (sexo masculino) tornarem-se possíveis abusadores de crianças nessa faixa etária da educação. O exposto permite compreender que a profissão docente possui especificidades que ultrapassam os limites deste trabalho, por isso, reitero meu interesse que se volta para as relações família X escolas e seus desdobramentos na aprendizagem ou não dos alunos.

Escolhi este estabelecimento de ensino principalmente por se localizar em um bairro afastado do centro, pelo histórico de ser um bairro de pessoas com baixo nível econômico e, conseqüentemente, baixa escolaridade, o que aparentemente poderia se mostrar como fator de dificuldade para participação e interação da família com a escola, e que por sua vez a família não teria tempo para o acompanhamento das crianças na escola pelo fato de estarem trabalhando em

⁴ Professores considerados titulares de turma, onde estes são os que norteiam toda a aula, elaboram planos de aula, enfim conduz todo o processo. Enquanto os auxiliares apenas colaboram com o decorrer das atividades.

busca do sustento de seus familiares, ou por outras questões de ordem social e cultural, não destinariam o devido tempo à educação das crianças na faixa etária a qual me propus estudar.

2. **EDUCAÇÃO INFANTIL:** o lugar da infância no processo histórico e escolar

A educação a qual estamos habituados nem sempre esteve voltada a criança ou a fase da infância, mas apenas a educação do adulto. Sua evolução deu-se entre os séculos XV e XVIII. As crianças neste período não tinham muita importância, eram apenas vistas como miniadultos e desde cedo já exerciam funções próprias. Na Idade Média, não havia preocupação com a idade das crianças na escola, elas ocupavam espaços com adolescentes, jovens, adultos e até mesmo idosos.

(...) os alunos iniciantes geralmente tinham 10 (dez) anos. Mas seus contemporâneos não prestavam atenção nisso e achavam que um adulto desejoso de aprender se misturasse a um auditório infantil, pois o que importava era a matéria ensinada, qualquer que fosse a idade dos alunos. Um adulto podia ouvir a leitura do livro de Donat no mesmo momento em que um menino precoce repetia o Organon: não havia nisso nada de estranho. (ARIÈS, 2016, p.108).

Segundo Ariès, a criança entrava de imediato no mundo dos adultos assim que ingressava na escola. Sem distinção de idades, a criança convivia em meio a adultos em seus momentos de aprendizado. Somente com a evolução das instituições, as crianças passaram a ser distinguidas realmente como crianças ou jovens assim como são vistas nos dias de hoje. Segundo Ariès (2016, p.111), a partir de 1452, a formação e instrução das crianças passou a ser/ter um sentido mais autoritário e mais hierarquizado o que tornou os colégios da época um instrumento voltado para educação das crianças e jovens como um todo, tornando-se, assim, uma instituição essencial para a sociedade.

A partir do século XV, a criança começa a ter mais espaço, o que articula então a divisão por faixa de idades nas escolas, pois é a partir desse momento que se dará início a chamada infância. Porém, até o século XVIII, o sentimento de infância ficou ainda adormecido na sociedade, pois o que se viam eram crianças com idade de dez a quatorze anos, jovens de quinze a dezoito anos e rapazes de dezenove a vinte cinco anos frequentando as mesmas classes, o que não se tratava exatamente de uma criança frequentando a escola. Nesse período, Jacques Rousseau “descobriu” a infância, foi ele quem fez se repensar e perceber que as

crianças eram seres diferentes dos adultos e tinham ideias próprias (Drouet, 1990, p. 11).

Somente no final do século XVII as crianças passariam a ser disciplinadas nas escolas, quando Comenius ressaltou a importância de formalizar a educação infantil, sendo ainda o precursor das escolas maternas. Foi também neste período que Froebel, a partir de métodos próprios, criou os chamados jardins-de-infância com o objetivo das crianças terem maior contato com a natureza, sem desprezar o papel que o professor desenvolve.

A partir do final do século XVIII, com os chamados internatos, a educação passou a ter um caráter mais sério e a impor mais respeito aos olhos da sociedade, deixando de ser uma instituição de adultos e passando a ter um caráter escolar de longa duração inserindo as crianças no contexto escolar, no qual se assemelha a escolarização do século XIX e até mesmo dos dias atuais.

As instituições pré-escolares começaram a surgir na Europa, no fim do século XVIII, com a chegada da Revolução Industrial nos chamados “refúgios”, que tinham o objetivo de guardar e alimentar os filhos das operárias que se ausentavam de seus lares para trabalhar.

Aqui no Brasil, a Companhia de Jesus, no ano de 1549, se preocupou em educar a criança, educação esta que se concentrava na submissão e disciplina. As crianças da Casa Grande recebiam um ensino diferenciado das crianças escravas. Elas eram educadas em casa a partir dos seis anos e o modelo educacional era o jesuítico de aprendizagem das primeiras letras. Tal diferenciação começa a desenhar a dualidade da educação brasileira, acentuando as desigualdades. O século XIX foi o período que houve uma maior preocupação com a criança, pois a reflexão em um futuro melhor estava centrada na ideia de que era preciso educar as crianças hoje.

A expansão da educação infantil no Brasil ocorre a partir de 1970 e os principais fatores que ajudaram essa expansão foram o processo de urbanização, a participação e inserção da mulher no mercado de trabalho, as lutas dos movimentos sociais, etc. As mudanças sociais fazem das creches uma opção, pois a mulher agora inserida no mercado de trabalho (assim como na Europa) vê nelas um meio adequado onde deixar as crianças, então o papel da educação vai ganhando contornos cada vez mais fundamentais e importantes.

Tal situação acima exposta é mais um mecanismo que reforça a luta pela melhoria e qualidade da educação infantil no Brasil. Nesta década, a educação voltada a crianças de 0 a 6 anos⁵ era vista apenas como uma educação compensatória voltada às camadas populares para compensar carências culturais, deficiência linguística e defasagem afetiva. Seria também um meio de evitar problemas relativos ao fracasso escolar no Ensino Fundamental.

Tentando definir a educação pré-escolar mundial, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) fez um estudo detalhado das tendências da educação pré-escolar, estudo este entregue a Gaston Mialaret psicólogo e educador que dirigia a OMEP (Organização Mundial para Educação Pré-escolar) que se responsabilizou de orientar a pesquisa, na qual define-se:

A educação pré-escolar é a que se estende desde o nascimento até a entrada para a escola obrigatória. É dispensada na família e em todos os estabelecimentos que recebem, em ou outro momento e por razões diversas, as crianças que ainda não estão submetidas à escolaridade obrigatória. Estes estabelecimentos devem ter explicitamente objetivos de educação entre o conjunto de seus objetivos gerais (Drouet, 1990 p. 25).

Atualmente a educação é assegurada na Constituição Federal Brasileira Artigo 205, na Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), assim como, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pela Lei nº 13.306/2006. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013, p.4), “a educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças”, bem como proporcionar condições de estimular o indivíduo a tornar-se cidadão pleno, social e culturalmente.

Desde a criação da Lei nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais tiveram que se adequar ao quadro emergente em que se encontra o país. A partir de estudos, de audiências públicas, de participação de entidades governamentais, de debates, de profissionais da educação, dentre outros, atualizações foram

⁵ Os referentes dados passaram por revisão e de acordo com a nova LDB Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LDB, 2017, p.14)

necessárias nas diretrizes para atender as modificações consideradas defasadas ao novo contexto da Lei.

É de competência dos órgãos federais, estaduais e municipais oferecer Educação Básica e de competência federal e municipal, oferecer educação infantil⁶, assegurada e obrigatória aos 04 e 05 anos (além da educação básica), exceto a voltada a crianças de 0 a 3 anos⁷. Porém, não só o Estado, mas a sociedade em geral e a família têm de garantir o acesso à educação, como afirma as Diretrizes Nacionais Gerais da Educação Básica.

Assume-se, portanto, que as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica terão como fundamento essencial a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, inclusão, permanência e sucesso das crianças, jovens e adultos na instituição educacional, sobretudo em idade própria a cada etapa e modalidade; a aprendizagem para continuidade dos estudos; e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica. (BRASIL, 2013. p. 15).

Conhecimentos, valores e saberes que são adquiridos ao longo dos anos, são sistematizados no ambiente escolar, compreendidos, esses anos, na chamada Educação Básica. Neste contexto, é possível destacar a Educação Infantil que possibilita a inclusão do indivíduo no âmbito escolar desde muito cedo, pois o indivíduo pode ser inserido neste ambiente desde zero ano de idade.

Com sinônimo inicial de cuidar e educar, a Educação Infantil aos poucos foi tomando espaço no âmbito social a partir dos significados da educação na infância, da sua importância para a vida da criança e seu desenvolvimento nos diferentes âmbitos. A mesma compreende duas etapas: a creche, que objetiva o desenvolvimento da criança até dois anos e onze meses; e a Pré-Escola, que visa crianças a partir de três anos. Tem por objetivo o desenvolvimento integral de crianças até cinco anos em seus aspectos motor, físico, afetivo, intelectual, entre outros, visando desenvolver ainda a identidade desses pequenos indivíduos.

A constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 contribuíram significativamente para a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996, Lei esta que afirma e estabelece que a partir

⁶ Ver Diretrizes Curriculares Nacionais.

⁷ Ver nova redação dada ao inciso I do artigo 208 da Constituição.

de então, é dever do Estado a garantia de acesso à educação a toda criança, ou seja, a educação é um direito social.

O atendimento em creches e pré-escolas como um direito social das crianças se concretiza na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação, processo que teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação. (BRASIL, 2013, p 81.)

A trajetória da Educação Infantil no contexto do processo educativo no Brasil, ao longo da história, demonstra melhorias na qualidade do ensino, melhorias estas que englobam uma série de agentes e mecanismos envolvidos nelas, pois só a valorização dos profissionais em educação infantil, além de outros fatores, pode ajudar esta área da educação a se tornar a verdadeira base do saber, base esta, cada vez mais sólida e concreta no que se refere à aprendizagem e conseqüentemente desse esforço coletivo, e dessa valorização em todos os âmbitos. Assim, o Brasil estará finalmente investindo no futuro.

Muito se têm investido na Educação Infantil nos últimos 20 anos. Direitos e políticas públicas voltadas a essa faixa etária, ao longo das últimas décadas, vem entrando cada vez mais em debates. Isso pode ser verificado com a mudança do Ensino Fundamental de oito para nove anos e as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de pedagogia, bem como as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil. A Educação Infantil no contexto político nacional é parte de uma história, de um longo processo pautado na Constituição de 1988, Art. 205; na Lei 13.306 do Estatuto da Criança e do Adolescente; na Lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação e no Plano Nacional de Educação.

Na década de 1970, o Governo Federal iniciou sua atenção ao pré-escolar com a criação de Coordenação de Educação Pré-Escolar (MEC/COEPRE) através de documentos e pareceres do Conselho Federal de Educação. A partir desse contexto é que o pré-escolar veio obter real atenção governamental. Mesmo com propostas compensatórias, foi nessa década que se impulsionou maiores debates a cerca das funções e do currículo pré-escolar, dando legitimidade e associando-o ao Ensino Fundamental (antiga escola de 1º grau).

A criação do COEPRE deu-se em período no qual o pré-escolar tinha o discurso apontado como necessidade. No entanto, o planejamento do orçamento da União não especifica uma política de alocação de verbas, como no caso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que já garante verbas ao Ensino Fundamental. Na verdade o que se observa a partir de então é que a Educação Infantil ganha uma nova percepção com a proposta do Ministério de Educação e Cultura (MEC) de 1975⁸. Buscaram-se alternativas para as crianças brasileiras, motivados pelo processo democrático desencadeado pela consolidação que se concretizava na conjuntura política dessa década.

Questões como a carência cultural possibilitam uma análise de quadros teóricos e iniciativas práticas que delimitava as crianças como carentes, imaturas, defasadas. Porém estudos contemporâneos antropológicos, sociológicos e psicológicos ajudaram a desfazer essa imagem imposta às crianças ressaltando essa situação de desigualdade. Combater essa desigualdade, considerar as diferenças, reconhecer as injustiças e à opressão é uma difícil tarefa, no entanto, necessária ao passo que se começa a respeitar as singularidades das crianças, considerando-as cidadãs, parte de um grupo, classe, cultura. Ampliando assim o direito à assistência, saúde e educação a todas elas.

Tendo em vista uma nova visão das crianças, elas como criadoras e produtoras de cultura, fortalece e concretiza tendências para a Educação Infantil, que busca no seu meio sociocultural valorizar o saber já acumulado. Os movimentos sociais e lutas, assim como o campo teórico muito influenciaram para mudar a situação da educação de crianças de 0 a 5 anos no Brasil.

Ao longo da história, foram criados, assim como também foram extintos, órgãos voltados aos atendimentos dessas crianças nas áreas de educação, assistência e saúde não sendo articuladas, nem tão pouco se responsabilizando por tal tarefa. A cerca de pouco mais de duas décadas, encontramos, a nível

⁸ Programa Nacional de educação pré-escolar de massa que visa o barateamento e custeio do programa, mobilizando a família e a comunidade, além de utilizar os espaços físicos disponíveis da própria comunidade e dos meios de comunicação de massa como forma de atingir populações distanciadas do espaço escolar. Esta proposta se tornaria o modelo nacional de atenção ao pré-escolar até, pelo menos, a Nova República segundo Rosemberg (1992). Porém implantado somente em 1977 pela LBA com o Projeto Casulo (Rosemberg, 1992, p. 25).

nacional, órgãos com iniciativas de caráter educativo voltados a crianças de 4 a 6 anos.

Em 1981, com o lançamento do Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, concebeu-se outra visão à Educação Infantil. O MEC através de ações de expansão de atendimento depende de uma pré-escola com “objetivos” vagos, sem vínculo com a escola de Ensino Fundamental e ainda a baixo custo. A essa expansão, de oferta de atendimento às crianças a baixo custo, em 1980, houve a insatisfação e manifestações de universidades e movimentos, centros de pesquisa, sistemas de ensino, exigindo qualidade e efetivação do papel social à educação das crianças de 0 a 5 anos.

Nas décadas de 1980 e 1990 surgiram propostas de gestões municipais e do Estado voltadas a população com a melhoria da qualidade de vida. Isso devido ao importante desempenho dos movimentos sociais que através da Constituição de 1988 conquistaram o reconhecimento do direito à educação de 0 a 6 anos, sendo dever do Estado oferecer creches e pré-escolas, reiterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

Movimentos sociais, redes municipais, estaduais e universidades vêm cada vez mais buscando expandir a qualidade da Educação Infantil nos últimos anos. O que também se tem visto é a luta pela permanência da Educação Infantil, em fóruns estaduais, interfóruns e na rede de creches, mesmo no desarticulado quadro nacional em que a sociedade civil se encontra. Políticas de formação profissional e alternativas curriculares para a Educação Infantil surgiram a partir de debates sobre a educação de crianças de 0 a 5 anos.

Foram conquistados legalmente direitos da criança, mesmo sem verbas orçamentárias que garantam esses direitos, que dê condições e priorize a formação dos professores e profissionais da Educação Infantil. A questão entre universalismo e regionalismo no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil desconsiderou a peculiaridade da criança e ainda se encontra em pauta o tema das alternativas curriculares e políticas de formação. Contudo estados e municípios brasileiros começam a elaborar estratégias para formação dos profissionais atuantes da área da Educação Infantil. Segundo Kramer:

No que diz respeito às políticas públicas educacionais, para consolidar o direito e ampliar a oferta com qualidade, muitos desafios colocam-se: ausência de financiamento da Educação Infantil e as lutas por sua inclusão no FUNDEB, a organização dos sistemas municipais; a necessidade de que as políticas de Educação Infantil sejam articuladas com políticas sociais; a formação dos profissionais da Educação Infantil e os problemas relativos à carreira; as ações e pressões de agências internacionais, que têm exigido um constante alerta da parte dos movimentos sociais, em particular dos Fóruns Estaduais e dos Inter fóruns De Educação Infantil Do Brasil (MIEIB); as precárias condições das creches comunitárias não transferidas para as redes municipais de educação. No que se refere às práticas de trabalho direto com as crianças e de supervisão ou gestão, muitos dilemas têm ocupado universidades, secretarias, ONGs, tais como: as formas de estruturação da Educação Infantil no âmbito da Educação Básica e sua articulação com o Ensino Fundamental; a organização escolar e da Educação Infantil em diferentes contextos municipais; as orientações curriculares e os critérios de qualidade; diagnósticos e/ou avaliações de políticas públicas; avaliações de desempenho. (Kramer, 2006, p. 804)⁹.

Abuchaim (2018) afirma ainda que o governo oferece uma gama de curso de especialização em docência na Educação Infantil e cursos de aperfeiçoamento no que compete à política nacional de formação de professores da Educação Infantil, em parceria com instituições públicas de ensino superior, secretarias municipais de Educação e ainda de organizações não governamentais, fundações; institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, com intuito de certificar tais professores para que possam exercer suas atividades como concerne as Leis em vigor.

O breve histórico da Educação Infantil permite visualizar momentos distintos na construção desse campo. Porém, mesmo considerando a amplitude que abarca o processo de inserção de crianças pequenas na escola, importa destacar que cada indivíduo está inserido dentro de um contexto social onde pode relacionar-se com outros agentes, a partir dessas relações às quais ele estará sempre em convívio favorecerá também o contato, das mesmas, com suas famílias, gerando relações que podem ou não contribuir no bom desenvolvimento do processo escolar, no tocante as aprendizagens dos alunos.

2.1 Família e escola: construindo parcerias, estreitando laços

⁹ Trata-se da Educação Infantil no contexto político educacional segundo Kramer.

Segundo o dicionário Houaiss a palavra família significa “grupo de pessoas, formado esp. por pai, mãe e filho(s), que vivem sob o mesmo teto; grupo de pessoas ligadas entre si pelo casamento ou qualquer parentesco” (Houaiss, 2011, p. 424). Este significado já não mais se apresenta desta forma, as transformações da sociedade ao longo dos anos fizeram com que as estruturas familiares sofressem alterações, hoje podemos perceber que o quadro da família não se constitui a apenas por pessoas com relações consanguíneas ou de mesma descendência. A instituição família passou por vários processos, o tradicionalismo das famílias patriarcais e nucleares sofreram rupturas e hoje pode-se encontrar diversos modelos de família, como ressalta Hasckel:

A estrutura familiar na contemporaneidade diverge das antigas estruturas familiares patriarcais ou do modelo burguês, da família nuclear. Por famílias contemporâneas compreendo os novos arranjos familiares onde prevalecem os laços de afeto e reciprocidade em detrimento dos laços consanguíneos. Temos no cotidiano das creches, famílias homoparentais ou famílias gays, bem como famílias monoparentais, isto é, crianças que vivem sob a responsabilidade somente do pai, da mãe, da avó, do tio, etc. (Hasckel, 2005. p. 123).

Historicamente o que se viam eram mulheres tomando conta de suas casas servindo a seus maridos, suas responsabilidades, se resumiam a limpeza e o cuidado com as crianças e com o marido, muitas vezes de forma imposta e não como escolha. Com os processos de mudanças e lutas das mulheres, estas começaram a desempenhar um papel que antes eram apenas dos homens. Suas conquistas as forçaram deliberadamente a busca de sua sobrevivência e de sua família com o passar dos anos.

Processos que também desencadearam mudanças nas estruturas de base da formação do modelo tradicional de família. No entanto este novo modelo de estrutura familiar, também precisa manter contato com o ambiente escolar em que se encontram seus filhos. As obrigações e envolvimento como forma de auxiliar em processos de participação e interação com o ambiente escolar, também compreende responsabilidades, independente do arranjo familiar vigente.

De acordo com Sousa:

A primeira vivência do ser humano acontece em família, independentemente de sua vontade ou da constituição desta. É a família que lhe dá nome e sobrenome, que determina sua estratificação social,

que lhe concede o biótipo específico de sua raça, e que o faz sentir, ou não, membro aceito pela mesma. Portanto, a família é o primeiro espaço para a formação psíquica, moral, social e espiritual da criança (SOUSA, 2012, p. 5).

É na família que a criança começa a crescer, desenvolver os primeiros aspectos de personalidade, demonstrar seus sentimentos e interiorizar os modelos comportamentais pré-existentes na sociedade. É dentro dela que a criança encontrará seus primeiros ensinamentos e dará início a sua aprendizagem e reflexões que deverão perdurar por toda a vida.

A partir do pressuposto de a família ser parte fundamental do desenvolvimento e formação do ser humano, ela torna-se instituição que desempenha socialmente papel preponderante ao longo da vida da criança, inclusive educacional, especialmente na educação infantil. Conforme afirma Reis:

Educação, Família, Escola, Sociedade, Ambiente e Formação são áreas que aparecem associadas e vinculadas sempre que a elas nos referimos. Não é possível uma Educação adequada e completa sem a existência da Família. Por isso se devem fazer estudos e aprofundar o conhecimento, consciencializar a opinião pública de que os problemas familiares são sociais e procurar começar a Educação Familiar desde a infância, já que a criança irá chegar à fase adulta e formará, por sua vez, uma nova família. (Reis, 2008, p.37)

Sabemos que a tarefa de educar não é fácil, compreende tempo, dedicação, amor, paciência, entre outros, e que também se encontram fatores que dificultam ainda mais o processo educativo. Segundo Reis (2008, p. 41), a tarefa desempenhada pela família não é nada fácil, exige a responsabilidade de todos que convivem com a criança como pais, irmãos, avós e outros que muitas vezes não estão aptos a exercer determinadas responsabilidades e exigências sociais. O que acaba recaindo sob os cuidados da escola.

Uma das etapas mais importantes da escolarização das crianças sem dúvidas é a educação infantil, pois é neste momento em que o ser humano inicia sua formação, suas singularidades, suas potencialidade, assim como a sua cidadania. A criança deixa seu ambiente envolto de “super cuidados” e passa a conhecer um ambiente mais sistêmico, organizado, cheio de novas regras e normas, diferente daquele habituado em seu cotidiano, como afirma Saviani:

A escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado. Vejam bem: eu disse saber sistematizado; não se trata, pois, de qualquer tipo de saber. Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular. (SAVIANI, 1984, p. 2)

Portanto, a família deve assegurar que a criança tenha a possibilidade de manter contato com esse saber. Assim, é importante ressaltar que a família estabeleça uma parceria com a escola, pois esta exerce papel fundamental para favorecer o crescimento e desenvolvimento da criança e estreitar os laços entre ambos.

A função de educar no ambiente familiar e no ambiente escolar é bem distinta. A família possui uma função mais socializadora, prepara a criança para estabelecer relações com o mundo, com o meio em que está inserida, internalizando valores concebidos neste ambiente, enquanto a escola desenvolverá seu aspecto cognitivo mediando à busca pelo conhecimento.

A escola propicia às crianças um conhecimento sistemático sobre aspectos que não estão associados ao seu campo de visão ou vivência direta (como no caso dos conceitos espontâneos). Possibilita que o indivíduo tenha acesso ao conhecimento científico construído e acumulado pela humanidade. (REGO, 2013, p. 79)

Porém a família não educa sozinha e sem a família a escola não exerce seu próprio papel. Contudo, é importante ressaltar a colaboração de ambas em relação ao que tece o desenvolvimento da criança na fase em que esta descobre a escola pela primeira vez.

Como sabemos, a escola passou a ter relevância somente depois que a criança passou a ser vista como tal. “Durante muito tempo a escola permaneceu indiferente à repartição e à distinção das idades, pois seu objetivo essencial não era a educação da infância” (Àries, 2016, p. 124). Ao longo dos anos também teve seu papel assistencial, porém hoje estabelece suas próprias concepções de formação de cidadão para o mundo e para o mercado.

A escola e a família desenvolvem papéis importantíssimo no aprimoramento do indivíduo e uma depende da outra, se não integralmente, parcialmente na vida e no cotidiano, através das interações e relações que ambas estabelecem com indivíduo. Neste sentido, é preciso que fique claro que a escola não é uma

extensão da família e vice-versa, cada um tem sua atribuição e um papel a desempenhar, sem esquecer que ambas devem se aproximar para que o desenvolvimento do indivíduo seja garantido, com melhor qualidade. Assim pode-se dizer que para se alcançar os objetivos de educar e formar cidadãos depende do estreitamento de laços entre família e escola.

De acordo com as recomendações das Conferências Internacionais a participação da família na escola tem relevante importância no desempenho e desenvolvimento do educando. Assim como o envolvimento das professoras e profissionais envolvidos na Educação Infantil.

A colaboração é essencial na educação pré-primária, visa ela despertar a consciência dos pais e os ajudar a assumi-las; não deve restringir-se um simples encontro com os pais que acompanham seus filhos, mas deve compreender palestras periódicas, conversas, grupo de discussão, se possível a participação dos pais em certas atividades da escola e a visita ocasional durante as horas de aula, assim como visitas à domicílio feitas pelas professoras e, a serviço, pelo assistente social. (BRASIL, 1965, p. 194).

A escolha de uma boa escola não interfere nas dificuldades que serão encontradas, seja no desenvolvimento do educando, seja na participação da família. Tanto os pais quanto os filhos podem apresentar certa restrição ao se deparar com o ambiente escolar, mas cabe aos responsáveis buscar estratégias para contornar as dificuldades encontradas pelo caminho. Vale lembrar que a escola faz parte do cotidiano tanto do educando quanto da família e que cada um tem seus interesses e expectativas. Cabe então definir que tipo de participação pode-se integralizar a família. Para isso, a escola pode segundo Drouet:

Planejar muito bem a reunião de pais, pois é através delas que se pode estabelecer um primeiro contato com a família. É necessário marcar essas reuniões num horário que satisfaça a maioria dos casais, pois tornamos a enfatizar a importância da presença de pai e mãe nesses encontros, uma vez que a educação dos filhos é uma tarefa a ser compartilhada pelo casal. (Drouet, 1990, p. 143).

Cabe ressaltar que a escola desempenha individualmente processos significativos de mudanças e melhorias em nossa história, tais influências podem e devem ser interligadas à família para que o processo de aprendizagem se torne eficiente. Mas como fazer essa aproximação entre essas instituições? Espera-se

que na escola a criança possa aprender a ler e escrever, assim como tantas outras coisas, mas também espera-se que em casa a família possa dar seu apoio, auxiliando nas tarefas ou em qualquer atividade recomendada.

Porém, com a dissolução da família nuclear, com a qual a sociedade estava acostumada, a mãe¹⁰ que deveria ter seu tempo somente para seus filhos e casa, hoje possivelmente também sustenta seu lar. Isso ocupa parte de seu tempo, o que nos faz pensar qual a melhor maneira encontrada para auxiliar a criança em seu estágio de aprimoramento educacional. Com a construção de novas estruturas familiares a mãe deixa de ser a principal auxiliadora e outros integrantes passam a assumir também este papel. A escola por outro lado, também deve tentar elaborar da melhor maneira, formas com as quais envolva a família no contexto escolar da criança nesta fase da educação. Pois é de fundamental importância uma boa relação entre família e escola para que se possibilite o desenvolvimento das capacidades intelectuais e cognitivas das crianças nessa fase.

A escola e a família são sujeitos com objetivos semelhantes que se completam, por isso, ambas devem dialogar e descobrir a melhor forma de se relacionar e obter resultados recíprocos, que possibilitem efetivamente alcançar tais objetivos e para isso é necessário à colaboração de ambas nesta difícil tarefa de construção do ser social.

É preciso entender que para se ter a colaboração da família junto à escola, faz-se necessário um planejamento estruturado e conciso, delineando os aspectos que melhor complementam tal parceria, levando a família a refletir e perceber seu grau de importância dentro do contexto escolar infantil.

É comum se observar a restrição da relação família e escola, seja por parte da família, seja por parte da escola. O que muito se ouve é que a família não interage com a escola e que a escola não abre espaço para a família que acaba por não estreitar contato. Portanto, cabe ressaltar a importância da parceria no desenvolvimento das ações que favorecem o sucesso escolar do educando, os caminhos e objetivos que ambos desejam alcançar seguindo critérios e princípios.

Os principais suportes com que as crianças poderão contar ao enfrentarem desafios e superarem dificuldades serão a família e a escola, pois estas são as

¹⁰ Isso sob a visão tradicional da família nuclear de décadas anteriores, onde a mulher é quem deveria subsidiar o papel de cuidadora da família e da educação dos filhos.

instituições que estarão em maior contato e que estaria apta a contribuir de forma eficiente. “A família deve ser parceira, aliada à escola e aos professores, para juntos oferecerem um trabalho de envolvimento e cumplicidade nos assuntos relacionados ao ambiente escolar” (SOUSA, 2012, p. 6).

Assim a escola deve oferecer meios de inserção da família no ambiente escolar, tais como reuniões periódicas, inclusão de conselhos no plano político pedagógico, visitas planejadas, diálogo com os familiares, etc., para que estes possam conhecer o currículo, o conteúdo, as atividades desenvolvidas e então possam refletir a desempenhar seus papéis juntamente com a escola e construam uma “ponte” que favoreça desenvolvimento intelectual e as aptidões necessárias à formação de um cidadão reflexivo, proporcionando assim o estreitamento das relações entre a família e a escola.

Algumas formas de agir nas famílias não tão peculiares, mas bem aparente surgem quando se trata da educação mais precisamente quando se tratam da escola, sentimentos de desconfiança, insegurança em relação a professores, questionamentos a cerca do trabalho docente aumentam a tensão entre ambos. É nesse momento que a escola procura sanar “buracos” deixados por visões estereotipadas, buscando dialogar, criando vínculos e estreitando a convivência com a família do educando.

É preciso entender que a escola é um espaço de interações que integra uma diversidade de indivíduos com concepções e interesses em comuns, pais professores e gestores compartilham de processos culturais nos quais apresentam diferentes visões, porém almejam objetivos distintos. Neste sentido nota-se que a escola não apresenta neutralidade, mas destaca o “poder” de legitimar o ambiente como sendo um espaço de vivências e experiências, aja visto que ao adentrar no âmbito escolar a criança traz consigo, conhecimentos e capital cultural adquirido no seio familiar.

Segundo Bourdieu (2007), o ethos de ascensão social e de aspiração ao êxito escolar, exercem influência no meio familiar e de maneira geral, as crianças e as famílias obedecem às forças impostas pelo referencial que as determinam. O capital cultural e o ethos definem as condutas e as atitudes frente à escola e são eles que determinam o diferencial nas crianças das diferentes classes.

De acordo com Amato (2013. p. 15) ethos é para Bourdieu um “sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar”.

Para que as práticas pedagógicas possam apresentar representatividade e significação nesse espaço de formação, é necessário que se conheça as disposições apresentadas pelas crianças, mediante o arcabouço de conhecimento por elas apresentadas e não obedeça somente a reprodução das teorias expostas pelo currículo escolar mediante ao sistema pré-estabelecido.

3. ADETRANDO O ESPAÇO ESCOLA: um olhar a partir dos sujeitos professores e pais

Buscando compreender como os sujeitos da pesquisa percebem as interações nas quais o eixo família/escola se apresentam, realizei a coleta de dados por meio de aplicação de questionário semiestruturado aos pais e professores da Unidade de Ensino Infantil Casulo Mãe Eugênia selecionados de acordo com os critérios já referidos na introdução do trabalho.

Com os dados consegui traçar um perfil a partir da amostra de quatro professoras e nove pais, (destaco que em relação aos pais era estimado um número de doze questionários a serem respondidos, no entanto apenas nove dedicaram-se a respondê-los). O questionário obedeceu um roteiro de perguntas previamente elaboradas pela pesquisadora e sua orientadora (APÊNDICE A e B).

Os questionários foram aplicados entre os meses de abril e maio de 2018. As respectivas respostas seguem ora tabuladas em tabelas e gráficos, e também feita a transcrição de partes literais da fala dos sujeitos, de maneira explorar e construir um quadro que permita uma análise mais aprofundada da realidade social pesquisada, sobre as quais passamos a discorrer a partir deste ponto.

3.1 O olhar das professoras sobre a relação família x escola na creche Casulo Mãe Eugênia

O grupo composto por quatro professoras oficiais das turmas de jardim II corresponde a 100% das docentes da pesquisa, pois esse é o quadro respectivo que atua na escola com esse nível de ensino.

Inicialmente foram solicitadas informações gerais que permitiram a construção do perfil do profissional em Educação Infantil. As questões buscaram informações sobre: a formação, o tempo de formação, o tempo de exercício do magistério e o tempo em que cada professora trabalha na instituição pesquisada. Sobre essas questões, foi possível construir uma tabela com fins de visualizar melhor as condições de formação e atuação no exercício da docência.

TABELA 01 – Perfil profissional e pessoal das professoras

Professora	Idade	Formação	Formação /Anos	Tempo / exercício no magistério	Tempo / Trabalha na escola pesquisada
CLARA¹¹	42	Pedagogia	12	19 anos	04 Anos
FERNANDA	37	Pedagogia	01	05 anos	02 Meses
LUIZA	32	Pedagogia ¹²	04	Não informou	02 Anos
PAULA	50	Magistério	29	10 anos	10 Anos

Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pela autora, 2018.

Constatei, como pode ser visto na tabela, que as professoras Clara, Fernanda e Luísa são ou estão se formando em pedagogia, enquanto Paula é formada apenas com o magistério. Ao que se refere à idade das professoras, apresentam uma faixa etária entre 30 e 50 anos, uma variação bem distinta, em vista do tempo em que o professor exerce o magistério.

Apesar do quadro de professores da escola (sua totalidade) apresentar uma pequena porcentagem de profissionais do sexo masculino, a pesquisa desenvolvida apresenta 100% de docentes de sexo feminino. Confirmando algumas informações de que nas escolas de Educação Básica pouco se nota a presença de professores do sexo masculino, menos ainda na Educação Infantil, geralmente o quadro docente é amplamente estruturado de pessoas do sexo feminino, o que pode dar um ar de “tranquilidade” aos pais quando se trata de deixar seus filhos em outros ambientes longe de suas casas.

De acordo com Duarte

¹¹ Os nomes aqui apresentados são fictícios, pois procurou-se manter o anonimato dos verdadeiros nomes das pesquisadas. Os nomes foram ainda escolhidos de maneira aleatória para evitar quaisquer ônus as pesquisadas.

¹² Cursando, mas aparentemente apresenta outra formação.

O papel e a evolução da educação de infância estão intimamente ligados à evolução do papel social das mulheres. Apesar das mulheres das classes socioeconômicas mais carenciadas já desde há muitos anos terem necessidade de sair de casa para trabalhar, gradualmente, a entrada no mundo de trabalho foi começando a generalizar-se a todas as classes sociais, provocando alterações sociais profundas no seio da vida familiar. (Duarte, 1991, p. 4)

A partir do século XX, as mulheres começaram a desempenhar novos papéis e não somente o de mãe, doméstica, de esposa, etc., mas agora em novo contexto, social, econômico, político entre outros, e ainda na educação. Por conseguinte, quando se trata de educação, as mulheres ainda são vistas como as principais imergentes como cita o Referencial Curricular da Educação Infantil (RCNEI):

O corpo profissional de grande parte das instituições de educação infantil de todo o país, hoje, é ainda formado, em sua grande maioria, por mulheres. Este Referencial dirige-se ao professor de educação infantil como categoria genérica. (BRASIL, 1998 p. 41)

O que pode ainda ser classificado como tendência mundial segundo Abuchaim (2018), pois a generalidade feminina na educação é quase que uma legitimação do “potencial” imposto pela família à mulher quando se trata de educação.

No Brasil, entre os anos de 1549 e 1759, as atividades docentes foram inicialmente regidas por homens especialmente por religiosos jesuítas. Em meados do século XIX, com a crescente reclamação da falta de mestres e mestras, foram criadas escolas normais para formação de professores. Voltadas para ambos os sexos, inicialmente ocupadas mais frequentemente por homens, mas as mulheres também foram necessárias nas classes de meninas, devido o crescente número de alunas, o abandono dos homens das salas de aula, originou a “feminização do magistério”.

Afirmavam que as mulheres tinham um “trato” com as crianças, com o sentido de “naturais educadoras” apresentavam-se a essa atividade com amor, entrega e doação, especialmente aquelas que a tinham como vocação. O que legitimava sua

presença nas escolas e justificava a saída dos homens em busca de novos empregos devido ao processo de urbanização e industrialização. (DEL PRIORE, 2004, p. 375/376.)

Atualmente ainda se mantém ao longo dos séculos XX e XXI, a presença da mulher nas salas de aula, intensificada pelas alterações econômicas, políticas, sociais, culturais, etc.

De acordo com Vianna:

A configuração desse processo que culmina com a constatação de uma maioria absoluta de mulheres no magistério na década de 1990 relaciona-se, ainda que indiretamente, com a dinâmica do mercado de trabalho e a configuração das chamadas profissões femininas. (VIANNA, 2008. p. 165).

A legitimação através dessas configurações e alterações sofridas ao longo dos anos concretizam a incorporação da feminização escolar especialmente na Educação Infantil e isso também se vê legitimado através dos cursos de pedagogia onde os professores são habilitados preferivelmente a educação pré-escolar.

Quanto à formação acadêmica das professoras, é possível perceber que de certa forma atendem as exigências da LDBEN em seu artigo 62:

Segundo o artigo 62 da LDB: A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 2017, p.22)

Assim, considerando-se as novas determinações de formação de professores, pela LDB, a partir de 2007, onde só serão permitidos professores habilitados em nível superior ou de magistério na modalidade normal, tais profissionais se enquadram nas determinações exigidas.

Em relação ao tempo de formação das professoras, elas apresentam diferentes espaços temporais em sua formação. Clara é formada há doze anos, Fernanda está formada há apenas um ano, Luísa é formada há quatro anos e Paula tem o tempo de formação de vinte e nove anos, e, apesar de já de ter um tempo elevado de exercício na educação infantil atua com a formação mínima

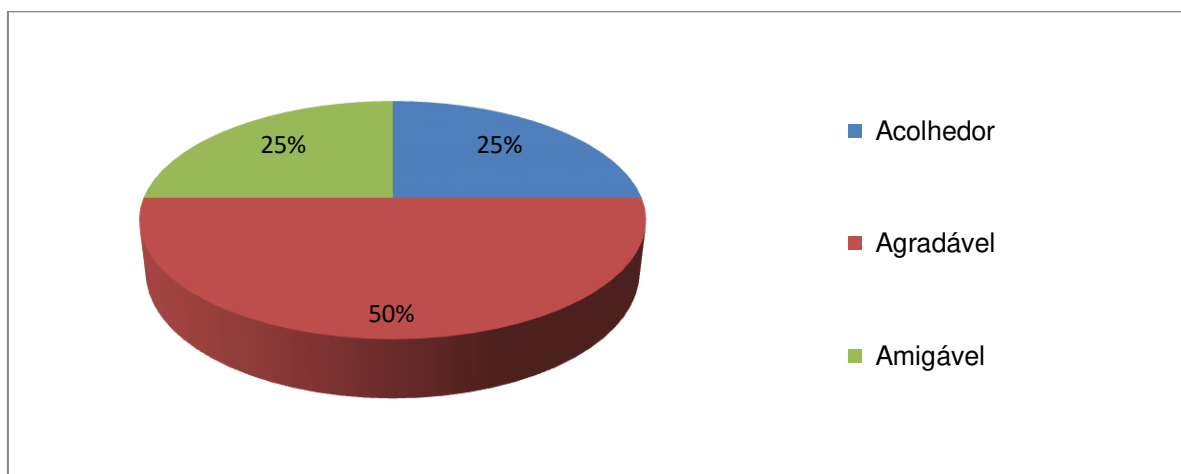
exigida pela Lei, que é o magistério, é a única que não apresenta formação em nível superior.

Quando se trata do tempo em que estão em exercício da profissão todas apresentam espaço temporal bem distinto. Luísa, não revelou há quanto tempo está em exercício, Assim constatei uma variação entre cinco e dezenove anos em relação ao tempo de atuação no magistério. Por se tratar de uma escola municipal onde a cada gestão pode incidir a perda de contrato¹³ ou realocação de profissionais, entendo poder ser uma das justificativas para as instabilidades de permanência na escola.

Apresentado o perfil profissional, inicio o trabalho com os dados coletados que estarão delineando os seguintes objetivos desta pesquisa: identificar formas de participação da família na escola e verificar estratégias usadas pela instituição escolar para participação da família no convívio escolar.

A primeira pergunta teve como a finalidade saber como as professoras caracterizam o profissional caracteriza o ambiente na escola onde lecionam e qual o papel da escola. Busquei com essa questão compreender como se estabelece a relação do professor com o seu ambiente de trabalho e qual sua percepção desse espaço.

GRÁFICO 01 – Opinião das professoras sobre o ambiente escolar



Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pela autora, 2018

¹³ A cada ano de gestão municipal um determinado contingente de professores fica sob a expectativa de ser ou não recontratado, aja vista que não há seletivo por meio de provas que habilite tais professores a exercer sua profissão e que muitos dependem dos chamados “peixes” para continuar.

O Resultado apontou a prevalência das professoras em considerarem a escola como um lugar agradável e acolhedor que oferece condições de ensino/aprendizado voltado para a formação do indivíduo, bem como o seu crescimento, visando ainda contribuir para o bem-estar e uma vida social, aliados à família.

Destaco aqui a fala da professora Clara, “é um ambiente amigável onde família e alunado procuram o melhor em prol da educação, a escola tem um papel essencial na formação do indivíduo”; e, da professora, Paula, “é um ambiente agradável, acolhedor, onde proporciona todos os requisitos para qualificação do aprendizado do aluno”. Paula afirma ainda que o papel da escola é “alfabetizar todas as crianças inseridas, contribuir para uma vida social”. Enquanto que para a professora Luísa o papel da escola é “estar sempre em parceria com a família para o bem-estar da criança”.

A segunda questão foi a respeito da opinião das professoras sobre a relação entre a escola e a família. Analisando as respostas percebi que 50% das professoras caracterizam como uma relação onde há troca de contribuições, pois ambas buscam o desenvolvimento do aluno no processo de aprendizagem, como pode ser percebido na fala de Clara “uma relação recíproca onde ambas as partes procuram o melhor para o alunado” e também “uma relação de harmonia e companheirismo, pois sem a colaboração de ambas não seria possível o processo de ensino” (Luísa). 25% das professoras demonstraram a importância da família no ambiente escolar, é caso de Fernanda ao afirmar que “a escola busca inserir as famílias em comemorações, para que elas percebam a sua importância no ambiente escolar”. Neste caso a professora cita uma ação (comemoração) decorrente do calendário escolar como forma de inserção da família no ambiente escolar. E, ainda, 25% não consideram ruim a relação, porém acreditam ser necessária uma melhoria e a busca de estratégias de fortalecimento de vínculos.

Constatei que parte das docentes concorda que de alguma forma existe relação entre a família e a escola, porém ainda há a necessidade de traçar estratégia que envolva, a família no contexto escolar para assim haver de fato o desenvolvimento no processo de ensino. Nesse sentido, Paula declara que “não é uma relação ruim, mas precisa ser melhorada, buscar estratégias para fortalecer

esse vínculo. Muitos pais não comparecem nas reuniões, isso dificulta o acompanhamento do aluno”. A professora demonstra ansiar por melhoria, estratégias, fortalecimento de vínculo, porém não aponta em que se deve essa melhoria, que estratégias podem ser usadas ou como fazer para fortalecer o vínculo família/escola.

Em continuidade, considere importante perguntar sobre a regularidade da participação dos pais na vida escolar e de que forma ocorria essa regularidade, visando como isso, compreender o nível dessa relação. Em relação à participação todas as professoras envolvidas na pesquisa concordam que os pais são participantes de alguma forma nas atividades escolares, como nas tarefas, em reuniões, festividades ou quando são solicitadas, entre outros.

No entanto, observei que divergem no que corresponde à forma da participação. Paula por exemplo, afirma, “sempre existe aqueles que não dão assistência para seu filho nessa ocasião”. Fernanda assegura que o diálogo melhora o desempenho das crianças, “com o diálogo com os filhos, que muitas vezes não querem participar das aulas, percebe-se que o diálogo feito em casa ajuda bastante”.

Nogueira, com base em resultados de pesquisas, esclarece haver um crescimento, senão no nível de participação, pelo menos no desejo dos pais de participar mais da vida escolar dos seus filhos:

De acordo com pesquisas realizadas não só Brasil, mas na França e também na Suíça, apontam que as famílias têm o desejo de estar mais ativamente participando da vida escolar de seus filhos e que passaram a ver essa participação como um direito democrático (NOGUEIRA, 2006, p.157).

Para Bordenave (1994 p. 18/19), “o primeiro tipo de participação é, a participação de fato”, há ainda a participação espontânea, a participação imposta, a participação voluntária ou provocada, dirigida ou manipulada e, por fim, a participação concedida. Dentre estas, destaco a participação voluntária e a imposta, por considerar serem as que predominam no ambiente escolar, a partir da análise das falas das professoras.

A participação voluntária segundo este autor “surge como iniciativa dos membros dos grupos” refere-se aos pais que voluntariamente comparecem as atividades propostas pela escola, já na participação imposta o autor menciona que “o indivíduo é obrigado a fazer parte de grupos e realizar atividades consideradas indispensáveis”, refere-se aqui aos pais que consideram a participação das atividades escolares como obrigação.

A pesquisa investigou a questão sobre a regularidade da participação dos pais nas atividades escolares. As professoras concordam que a regularidade se dá através de reuniões, comemorações, festividades, nas tarefas, e até mesmo diariamente. Para professora Luísa “participam diariamente ao entregar todos os dias seus filhos, em reuniões, festas da escola e ao conversar com a professora”, já a Fernanda destaca “com a participação nas tarefas que são levadas para casa, com o diálogo com os filhos, que muitas vezes não querem participar das aulas, percebe-se que com o diálogo feito em casa ajuda bastante”.

Percebemos que nas duas falas o diálogo apresenta-se como elemento preponderante, porém distintamente diferenciado, o primeiro dialogo é o do pai com o professor e, o segundo diálogo do pai com o aluno - com o filho. Entretanto, estas formas, mesmo com tal diferenciação se apresentam como uma das formas de participação da família na vida escolar dos filhos.

É fato que se espera que a família tenha um contato regular com a escola e que de modo geral a participação da família não seja somente quando a escola convoca os pais como é destacado por Clara “sempre que é preciso a família está presente em reunião ou quando são solicitadas”, e que essa participação vá além de auxiliar as simples tarefas de casa. Entendemos torna-se necessário que a família atente para a prática diária de seu filho e cuide de suas questões educacionais. As professoras destacam ainda o momento em que os pais levam e buscam as crianças na escola como uma forma de participação dos pais, pois se torna um momento em que os pais aproveitam e interagem buscando informações acerca das crianças.

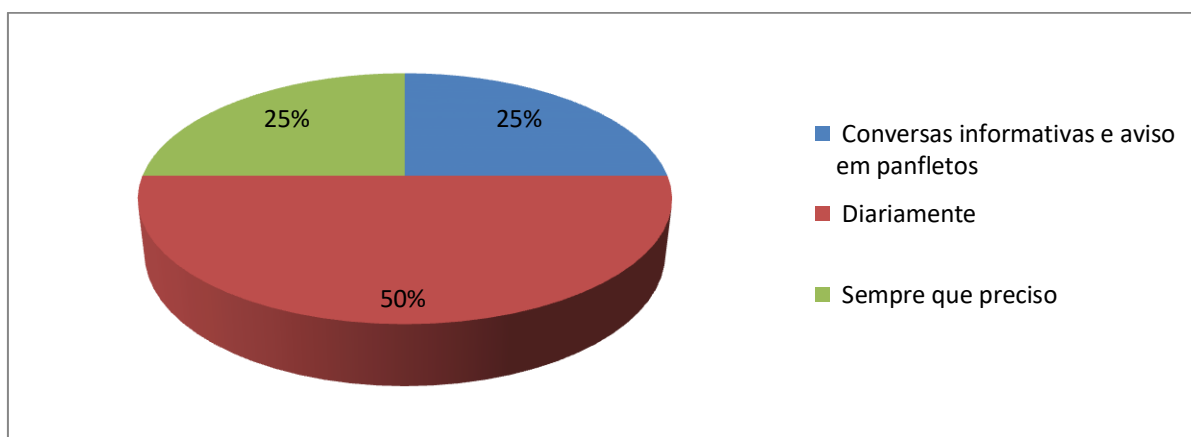
Mesmo já tendo anunciado anteriormente, questões sobre formas de interação com a escola, saber do professor sobre como é feito o contato e vantagens e/ou desvantagens na participação da família na escola se tornou importante para o trabalho. Sabendo da importância que os pais têm de estarem

sempre em contato com a escola buscamos compreender com que frequência há seu contato. Na análise, foi possível perceber que de certa forma o contato com os pais é feito diariamente quando os pais estão indo deixar ou buscar a criança na escola, por meio de avisos em panfletos, através de conversas informativas e que a participação da família no convívio escolar de alguma forma produz vantagens.

Em se tratando das vantagens e desvantagens, Paula concebe a participação dos pais como vantagem para a vida escolar, ao afirmar, que “a criança se sente mais segura com aprendizado, melhora o comportamento, contribui na evolução educacional”. Em relação às vantagens encontradas na participação da família na escola as outras professoras não apresentaram respostas que pudessem relatar de fato quais vantagens ou desvantagens traz a participação dos pais nas atividades dos seus filhos. Porém fizeram alguns destaques, como, “é sempre bom que os pais façam a sua parte, pois eles são o alicerce de seus filhos” (LUIZA). Para Fernanda “a participação traz somente vantagens”, e Clara expressa que “é bom à presença da família na escola”.

Se tratando das vantagens ou desvantagens, pode-se considerar que as professoras concordam que a participação da família não só influi como contribui na evolução educacional. No entanto, na prática não definiram que vantagens ou desvantagem a participação ou a falta dela pode produzir no desempenho do educando.

GRÁFICO 02 – Frequência do contato dos pais com a Escola



Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pela autora, 2018.

De acordo com os dados acima apresentados 50% das docentes afirmaram que os pais fazem contato com a escola diariamente, 25% faz contato através de conversas informativas e de avisos em panfletos e outros 25% que fazem contato sempre que preciso.

Quando se trata das atividades que os pais participam, as professoras apresentam algumas variantes, como atividades diversas, reuniões, datas comemorativas, projetos, tarefas de casa, etc., aparentemente não apresentam uma regularidade de participação nas atividades desenvolvidas, apesar das professoras perceberem que muitos pais internalizam, interiorizam e estão conscientes da importância de sua participação no ambiente escolar, assim como fora dele.

Notamos através de observações assistemáticas que todos os dias muitos familiares vão à escola, conversam com os professores sobre suas crianças, porém de maneira muito rápida, pois se trata de conversas realizadas ao “entregarem” seus filhos à escola ou no momento de receberem os filhos de volta, o que não garante que seja uma conversa de “qualidade”. Foi possível notar também que muitos pais estão preocupados com o desempenho de seus filhos como apresentado por 75% das docentes, “aqueles que procuram o melhor para seus filhos e que têm consciência de que a presença da família só traz benefícios” diz Clara.

A professora Paula expressa a importância da participação e demonstra ter consciência que dela resulta o desempenho escolar, “Aqueles que são preocupados com o desempenho do seu filho. Participam tanto das festividades comemorativas, quanto das tarefas e reuniões. A maioria se dedica a esse acompanhamento”. Nesse mesmo sentido, Luiza afirma que “Os pais que mais vêm à escola são aqueles que sempre perguntam sobre o desempenho de seu filho e sempre estão nas reuniões”.

O ser humano inicia sua educação desde o seu nascimento dentro do seio familiar e esta tem sua continuidade na escola que contribui e assume fundamental participação, mas a família deve perceber a importância de seu papel e desempenha-lo com êxito, garantindo desenvolvimento do aprendizado do educando. Aumentando consideravelmente as vantagens da sua participação no contexto escolar.

Tentando perceber quem são os atores menos participativos do contexto escolar, a sétima questão buscou identificar os familiares que não comparecem à escola, e as iniciativas utilizadas pela escola para chamá-los/ envolvê-los. As respostas possibilitaram constatar questões de vulnerabilidades e as transformações das famílias. Como já destacado a transformação e a perda da família nuclear acabou por desestruturar o modelo de família “ideal¹⁴” acarretando perdas até mesmo no ambiente escolar onde a criança passa uma parte de sua vida. Foi possível identificar como formas para se efetivar a participação da família na escola, ações como o envio de recados para os familiares, realização de reuniões e conversas que incentivem e conscientizem a participação da família no contexto escolar.

As professoras Fernanda e Luísa, supõem que as estruturas familiares e os conflitos decorrentes da sociedade são os preceitos que mais fazem as famílias negligenciarem o fator participação, “famílias desestruturadas” (FERNANDA). Concordando, a professora Luísa afirma, “sempre tem aqueles que passam por conflitos na sociedade, em questão de vulnerabilidade e pobreza, afetando a criança”.

De acordo com Bourdieu (2013) “a ação do meio familiar sobre o êxito escolar é quase exclusivamente cultural”, pode-se concluir que o capital cultural adquirido pela família é de certa forma insuficiente para garantir o desempenho do aluno mediante a situação em que se encontra sua família. Tentando sanar essa pauperização da participação da família e não deixar que a escola faça todo o trabalho de educar e possa chamar a família, mostrar o papel a ser desempenhado, a escola procura por meio de conversas, reuniões, conscientizar, mostrar a relevância que família deve ter no desempenho do educando. No entanto, ao que se refere aos familiares menos participativos, as professoras não definiram com exatidão quem são esses pais ou familiares.

Em relação às iniciativas da escola para chamar/envolver a família na vida da escola, as respostas também pareceram muito vagas, como pode ser visto nos depoimentos das professoras, “através de reuniões” (CLARA); “a escola manda recadinhos impressos solicitando o comparecimento de assuntos de seu interesse”

¹⁴ Não temos a intenção de aqui dizer que a família ideal é aquela formada por pai, mãe e filhos, mas de destacar que este modelo não mais predomina na atual sociedade.

(LUÍSA), enquanto Paula diz “conversando pessoalmente, professor ou diretor em busca de conscientizá-los”.

Entendemos que chamar os pais a envolver-se com a escola não se trata somente de fazer convites para conversas informais ou informativas, envolvê-los nas atividades escolares vai muito além.

A participação implica colaborar ativamente no desenvolvimento do educando. Para se perceber então as maneiras como essa participação vem ocorrendo, algumas variáveis foram analisadas e foi constatado que 50% das professoras concordam que os pais já colaboram de alguma forma com o processo de aprendizagem do educando e outros 50% restante responderam que ainda não há colaboração suficiente para atender as expectativas dos profissionais da educação.

Quanto à colaboração, a professora Fernanda afirma que “algumas já participam e ao mesmo tempo colaboram fazendo acompanhamento em casa, algumas não, fazendo visitas em sala de aula”. O acompanhamento das tarefas de casa e visitas em sala de aula são as formas explicitadas pela professora como meio de colaboração no desenvolvimento do educando.

A professora Paula destaca “muitos participam e colaboram”, porém ela não detalha as formas de participação/colaboração. Já Luísa possui outra visão quando explicita, “deveriam ao menos ajudar nas pequenas tarefas de casa ou colaborar com a escola na formação do caráter deles”, sua fala demonstra a falta de apoio dos pais ao ambiente escolar.

Para professora Clara, a conscientização dos familiares aponta como um dos principais motivos da não participação nas atividades escolares dos educandos, “as famílias infelizmente ainda não se conscientizaram da sua participação na vida educacional de seus filhos e alguns pais ainda precisam participar mais do processo ensino/aprendizagem”. Enquanto Paula diz participam, mas que ainda há exceções “nas festividades e reuniões (participam), mas sempre existe aqueles que não dão assistência para o seu filho”. Pode-se inferir que tais familiares ainda não perceberam a importância do compromisso que deve ser estabelecido entre a família e a escola. É preciso compreender que não se trata somente de auxiliar nas tarefas escolares que devem ser feitas em casa, mas que a valorização, a

consideração e o interesse da família no desempenho do aluno contam como qualificação no processo de ensino/aprendizagem.

Em relação ao que deveria ou poderia ser feito para aumentar a participação dos pais na escola, Fernanda afirmou “deveria ser criado uma lei onde determinasse que a participação dos pais é de grande valia”. Percebo, na fala da professora, que a mesma parece desconhecer que já existem algumas medidas, como a que está explícito no parágrafo único do Artigo 53 do ECA (BRASIL, 2009, p. 31), que diz “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.”

Também a existência dos Conselhos Tutelares, bem como outros mecanismos já existentes, que atuam no sentido de cobrar ou mesmo de exigir dos pais o cumprimento de suas responsabilidades, quando se trata da vida estudantil de seus filhos. Embora não se tenha exigências quanto à participação, mas nos demais níveis de ensino, há cobranças no sentido de manter a criança na escola. Programas ainda como o Bolsa Família são iniciativas governamentais para um incentivo a permanência dos alunos na escola. Embora essas medidas não se apliquem diretamente à Educação Infantil.

Criando ou cumprindo as Leis que determinam a qualificação e o fortalecimento tanto do profissional da educação como da participação dos pais no ambiente escolar verifica-se que ainda não há uma participação maciça das famílias dentro desse contexto como pode ser verificado nas palavras de Clara ao afirmar “muito ainda precisa ser feito, pois a maioria das famílias ainda está ausente das escolas de seus filhos”. Nesse sentido Bourdieu assevera:

Não recebendo de suas famílias nada que lhes possa servir em sua atividade escolar, a não ser uma espécie de boa vontade cultural vazia, os filhos das classes médias são forçados a tudo esperar e a tudo receber da escola, e sujeitos, ainda por cima, a ser repreendidos pela escola por suas condutas por demais “escolares”. (BOURDIEU, 2013, p. 61).

Embora a assertiva de Bourdieu seja sobre a classe média e, as famílias aqui trabalhadas não se encaixarem diretamente nessa classe ou grupo econômico, é possível perceber semelhança no que está sendo recebido por esses alunos, quando fala sobre uma “boa vontade cultural vazia”. Pois percebemos que há intenções, mas os fatos cooperam com atitudes que fazem perceber que são deixados, na maioria das situações, totalmente entregues à escola.

Analisando os dados percebi que 100% das professoras concordam que algo deveria ou poderia ser feito para que os pais desempenhassem com determinação sua participação no desenvolvimento do educando, porém nenhuma professora apresentou alguma estratégia que pudesse ser utilizada para tal. No entanto, a família não tem desempenhado seu papel mediante sua participação na educação de seu filho conforme as expectativas das professoras. De acordo com Paula se faz necessária a qualificação e o fortalecimento dos profissionais da educação, quando afirma “não só aumentar, mas qualificar esse acompanhamento na busca do melhor desempenho do aluno, fortalecendo o quadro de profissionais”.

Foi perguntada a opinião das professoras sobre a importância da participação da família para o desenvolvimento educacional dos filhos, pôde-se destacar que as professoras pesquisadas ressaltaram a importância da participação da família no processo de desenvolvimento ensino/aprendizagem.

Paula destaca “a participação da família é fundamental”, Clara expressa à importância da família no desenvolvimento da criança “a família é muito importante no processo de desenvolvimento do ensino/aprendizado nessa faixa etária”, Fernanda atenta para formação do indivíduo “essa é a fase de formação do caráter, do emocional, de tudo, é a fase principal onde ele vai absorver de tudo”.

“Quando a família se disponibiliza em ajudar o seu filho na escola, ela está facilitando um ensino aprendizado mais prazeroso” declara Fernanda, o enunciado acima de certa forma corrobora com o que está prescrito no RCNEI “as crianças têm direito, antes de tudo, de viver experiências prazerosas nas instituições” (BRASIL, 1998, p. 14). Entendo, portanto que a escola deve proporcionar um aprendizado onde a criança se sinta “confortável” e que tenha o prazer de aprender. Ao auxiliar a criança, a família coopera não somente com a questão do aprendizado, mas constrói valores, afeto, cria vínculos, demonstra responsabilidade e ensina a priorizar a aprendizagem.

De acordo com Rego (2013), o processo de desenvolvimento humano para Vygotsky é permeado de influências e incorporados da cultura na qual o indivíduo está inserido, podendo assim perceber que o desenvolvimento do indivíduo está sujeito às interações que ele experiencia. Portanto, a partir das interações que a criança experimenta no âmbito familiar pode ser fundamental para seu

desenvolvimento e isto implica dizer que a família é o eixo norteador do processo de aprendizagem desencadeado no âmbito escolar.

Para finalizar as questões solicitei às professoras que fizessem considerações para acrescentar e/ou dar ênfase ao que já foi dito.

A professora Clara destacou que a família está deixando a desejar e “jogando” toda a responsabilidade sobre a escola, sobrecarregando as estruturas escolares que de alguma forma já enfrentam diversos problemas, “a educação brasileira precisa ser melhor pensada, pois as famílias estão deixando de educar, ensinar valores aos seus filhos e a escola está super acarretada, pois quem educa é a família e esta não está fazendo seu papel”.

A professora Paula acaba de certa forma reafirmando o pensamento de Clara ao dizer que “a família e a escola precisam andar juntas, pois elas estão responsáveis para uma educação de qualidade para que torne essa criança um cidadão de bem. Tudo começa na infância”.

Depois do âmbito familiar, a escola é o segundo ambiente de socialização onde a criança estará inserida e que encontrará um número maior de indivíduos aos quais terá que manter contato, sendo uma instituição de extrema importância, esta deverá favorecer a preparação intelectual e moral, bem como a inserção social dos educandos, como afirmam (SILVA e FERREIRA, 2014, p.07) “a escola é o espaço onde os indivíduos começam a ter as relações para além da família, ou seja, passa a conviver com pessoas de diferentes raças, cor, etnia, religião, cultura”.

3.2 Outras vozes, outras percepções: os pais e as relações família x escola

A exemplo da construção de um perfil das professoras da Educação Infantil entendi como é importante fazer o mesmo com os pais interrogados neste trabalho. É importante ressaltar que do total de 12 pais que receberam os questionários apenas 09 devolveram respondido, o que representa 75% do total de pais que foram pesquisados, os outros 25% não devolveram ou não responderam o questionário.

Dos que responderam 33% são solteiros (as), 11% é viúva, 34% são casadas e 22% se apresentaram como outros, mas não definiram. A partir dos dados

confirmei, como se apresenta a transformação da instituição família, onde a sólida família nuclear já não se configura na atual base da sociedade, corroborando o já evidenciado nas respostas das professoras, no tópico anterior.

A família apresenta ainda uma diversificação quando se trata do número de filhos, 11% têm seis filhos, 11% não responderam, 34% têm apenas um filho, 22% têm dois filhos, 11% têm três filhos e 11% têm quatro filhos. Destes pesquisados 78% são do sexo feminino e 22% são do sexo masculino.

TABELA 02 - Perfil dos pais pesquisados

PAIS	ESTADO CIVIL	Nº DE FILHOS	SEXO	ESCOLARIDADE ¹⁵	
AMANDA ¹⁶	Outro ¹⁷	Três	Feminino	Ensino Completo	Médio
PAULO	Solteiro	Um	Masculino	Ensino Incompleto	Superior
JOÃO	Outro ¹⁸	Seis	Masculino	Ensino Completo	Médio
FÁTIMA	Casada	Quatro	Feminino	Ensino completo	Fundamental
JULIA	Casada	(Não respondeu)	Feminino	Ensino completo	Fundamental
RAFAELA	Solteira	Um	Feminino	Ensino Incompleto	Superior
SAMARA	Solteira	Um	Feminino	Ensino Completo	Médio
LUANA	Viúva	Dois	Feminino	Ensino Completo	Médio
PATRICIA	Casada	Dois	Feminino	Ensino Completo	Médio

Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pela autora, 2018.

¹⁵ A escolaridade sendo a primeira pergunta do questionário poderia ser explorada individualmente, porém considere complementar o perfil dos familiares.

¹⁶ Como no caso das professoras, os nomes aqui apresentados como sendo dos pais são meramente fictícios, pois procurou-se confidencializar os verdadeiros nomes dos pesquisados. Neste caso os nomes também foram escolhidos de maneira aleatória para evitar quaisquer ônus aos pesquisados.

¹⁷ O (a) pesquisado (a) não se definiu o que seria “outro”.

¹⁸ Ibidem

O nível de escolaridade dos pais apresenta-se de maneira que, pode-se constatar que a influência exercida aos alunos não necessariamente seria negativa, evidenciando que há uma internalização de processos e que a construção social advinda da educação não está totalmente pauperizada, configurando assim que de alguma forma a família apresenta um capital cultural incorporado, mesmo que fragmentado, conseguindo dessa forma dar valor à educação de seus filhos. Assim Bourdieu afirma:

[...] os diplomas obtidos pelo pai, mais mesmo do que o tipo de escolaridade que ele seguiu, é o nível cultural global do grupo familiar que mantém a relação mais estreita com o êxito escolar da criança (BOURDIEU, 2007. p. 42).

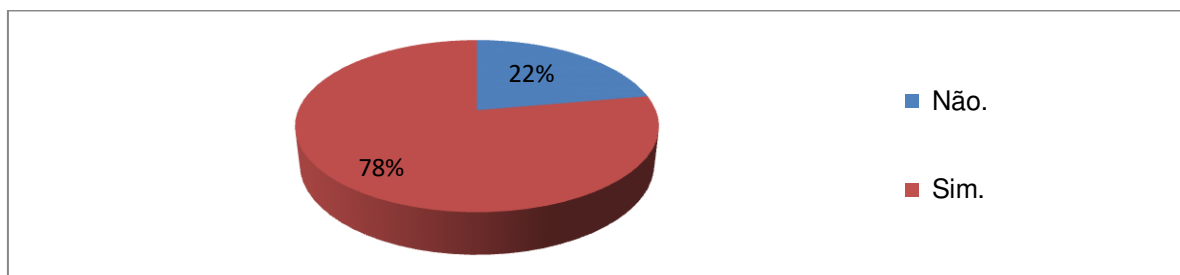
Neste caso o ambiente familiar, não só determina como contribui para o processo de aquisição de conhecimentos, visto que segundo Bourdieu:

O nível de instrução dos membros da família restrita ou extensa ou ainda a residência são apenas indicadores que permitem situar o nível cultural de cada família, sem nada informar sobre o conteúdo da herança que as famílias mais cultas transmitem a seus filhos, nem sobre as vias de transmissão. (BOURDIEU, 2013, p. 49)

Com base nos dados apresentados é possível inferir que para analisar o desempenho escolar dos alunos durante sua trajetória no campo educacional não podemos nos limitar a falta de capital cultural dos pais, já que possuem certo capital cultural incorporado, identificado pelo nível de escolaridade dos mesmos. Embora, todos tenham declarado ter concluído o ensino médio, o que por si só, não declara um ser culto no dito de Bourdieu, não podemos prescindir que esse nível pode ser um indicador da incorporação de certos saberes sistematizados.

Prosseguindo, questionamos os pais sobre a sua jornada de trabalho e se esta, o impedia de participar de atividades e tarefas da escola de seu filho, no intuito de analisar até que ponto a família está comprometida com as atividades e conseqüentemente com o desenvolvimento do educando.

GRÁFICO 03 - O trabalho é fator de Impedimento para os pais participarem das tarefas escolares



Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pela autora, 2018.

Conforme os dados obtidos, percebi que a maioria dos pesquisados, ou seja, 78% estão trabalhando e 22% não trabalham. Dentre os que trabalham 33% afirmam que o fato de trabalhar atrapalha na participação e/ou auxílio das tarefas escolares, a exemplo de Patrícia “às vezes fazemos o possível para não sermos falhos, mas devido o horário do trabalho dificulta um pouco”; “são no mesmo horário” diz Paulo.

Sobre o trabalho impossibilitar nas atividades Rafaela afirma não atrapalhar, “meu trabalho não atrapalha em nada, pois eu trabalho por expediente”, Luana diz poder conciliar, “trabalho à noite, eu tenho o dia para ajudar nas tarefas”. Correspondendo a 67% dos que destacam não haver impedimento nas tarefas e atividades.

Percebemos que mesmo a maioria dos familiares estando trabalhando atualmente, isso, não os impede de ter “contato” e de compartilhar momentos de aprendizado com seus filhos e assim de alguma forma poder auxiliar nas atividades e tarefas escolares. Destacamos ainda a fala de Fátima por sua relevância ao dizer “o aprendizado de nossos filhos depende muito dos pais”. O que caracteriza que não importa estar ou não trabalhando a família deve se empenhar na busca do desenvolvimento das crianças.

Conhecer o ambiente escolar em que a criança vai passar uma boa parte de seu tempo é muito importante, assim como as atividades oferecidas pela escola, desse modo à terceira pergunta foi sobre o conhecimento das atividades oferecidas pela escola e quais dessas atividades costuma participar.

Os pais afirmam ter conhecimento sobre as atividades escolares, no entanto de formas diversificadas, porém ao que me parece algumas são atividades

rotineiras como, por exemplo, reuniões, tarefas, projetos, palestras, esporte, festividades em datas comemorativas etc. Destaco aqui a fala de Patrícia “algumas, hábitos de saúde, jogos, oficinas, materiais reutilizáveis. Sempre que posso procuro participar dessas atividades”, pois foi a única que aparentemente destacou a diversidade de atividades desenvolvidas pelo educando na escola.

É possível perceber que a família concebe os exemplos acima como principais atividades desenvolvidas. Porém é perceptível, a partir dos dados, a importância que a família concebe a participação na vida escolar, mesmo sendo mínima, seja a uma reunião ou uma atividade esportiva.

Procurando apreender as formas de participação da família, buscou-se saber como os pais costumam ajudar nas tarefas/atividades da escola e de que maneira. Compreendendo que o auxílio da família em tais atividades, influencia numa espécie de construção de hábito de estudos.

Os dados mostram que 100% dos pais dizem estar acostumados a ajudar seus filhos nas atividades e tarefas escolares. Considero relevante destacar a fala de Júlia, “as crianças buscam referência nos adultos e os pais costumam ser o espelho escolhido por eles, sendo assim a maneira que eu ajudo é com dedicação”, e de Patrícia “ajudando com meu conhecimento e incentivando para que valorizem seu conhecimento”, o que assinala um certo capital cultural adquirido pela família, como afirma Bourdieu (2013):

Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistemas de valores implícitos e interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob os aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito. (BOURDIEU, 2013, p 46)

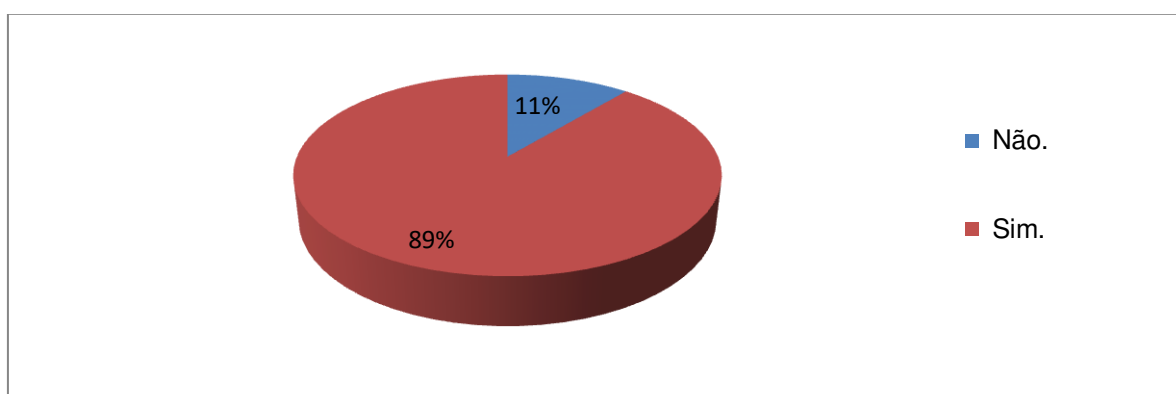
Paulo afirma “sempre tem que criar tempo para seu filho”, reconhecendo que é preciso definir tempo também para os filhos; Rafaela incentiva através do diálogo “sempre pergunto como foi na escola e quando tem tarefa, peço para ela sentar e eu ajudá-la em alguma dúvida dela, pois fico observando ela respondendo e fico admirada com ela, pois responde sozinha as tarefas”. [...] “realizo a tarefa junto com ele, explicando como fazer suas atividades e perguntas sobre a matéria” diz

Samara, compreendendo que dessa forma pode ajudar a desenvolver suas habilidades.

Já Fátima cita “praticando aprendizagem com eles”, por conceber que a aprendizagem também se desenvolve a partir da prática. Com base nos dados percebemos a relevância da presença dos familiares no auxílio das tarefas e atividades escolares e com isso podem acompanhar de perto o desenvolvimento do educando.

Buscando evidenciar a participação da família nas atividades escolares a quinta pergunta refere-se à participação nas reuniões em que são convocados. Nesse aspecto, reuniões muitas vezes os professores acabam por se queixar da falta de participação dos pais ou do tempo que os mesmos destinam a elas.

GRÁFICO 04 - Participação dos pais nas reuniões da escola.



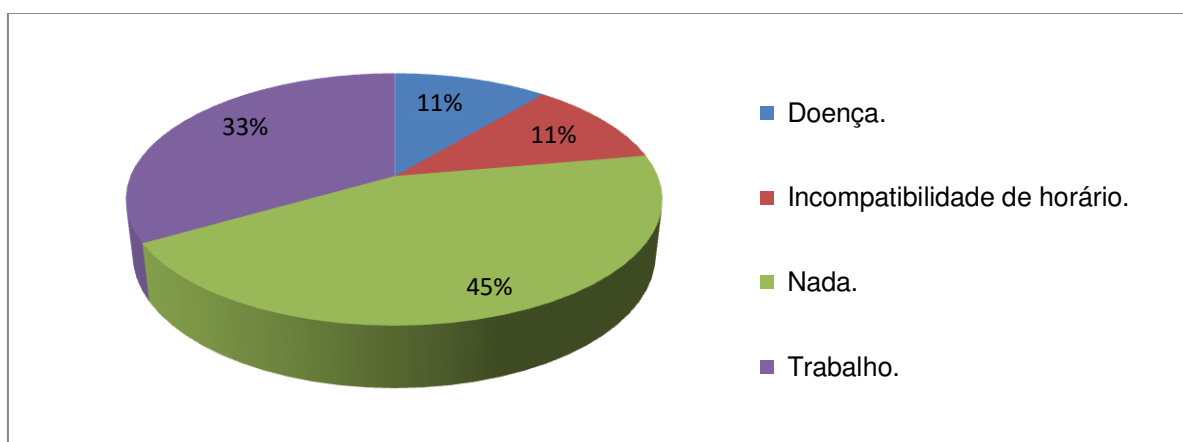
Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pela autora, 2018.

Como apresentado é possível perceber que a maioria dos pesquisados disseram participar das reuniões as quais são convocados, o que se refere a 89% e, apenas 11% não participam, por afirmarem não poder conciliar com o trabalho, como apresentado na fala de Patrícia “não (participa), porque os horários de reuniões é o mesmo que estou trabalhando”.

Considero interessante ressaltar também a fala de Luana ao dizer “sim (participo), por que é muito importante à participação dos pais na escola”, por considerar relevante sua participação na escola. Baseado no gráfico, percebemos que os sujeitos pesquisados demonstram interesse no que se refere à educação de seus filhos e destacam a importância que os mesmos têm em atuar no contexto escolar.

A próxima pergunta, de certa forma complementa a questão número dois, pois a pergunta tem o intuito de revelar o que impede os pais de participar das reuniões e atividades promovidas pela escola. Notou-se que 45% não encontram impedimentos para participar das reuniões, 33% são impedidos por causa do trabalho, 11% por motivo de doença, e 11% por incompatibilidade de horário.

GRÁFICO 05 - Motivos que impedem os pais de participarem de reuniões e atividades

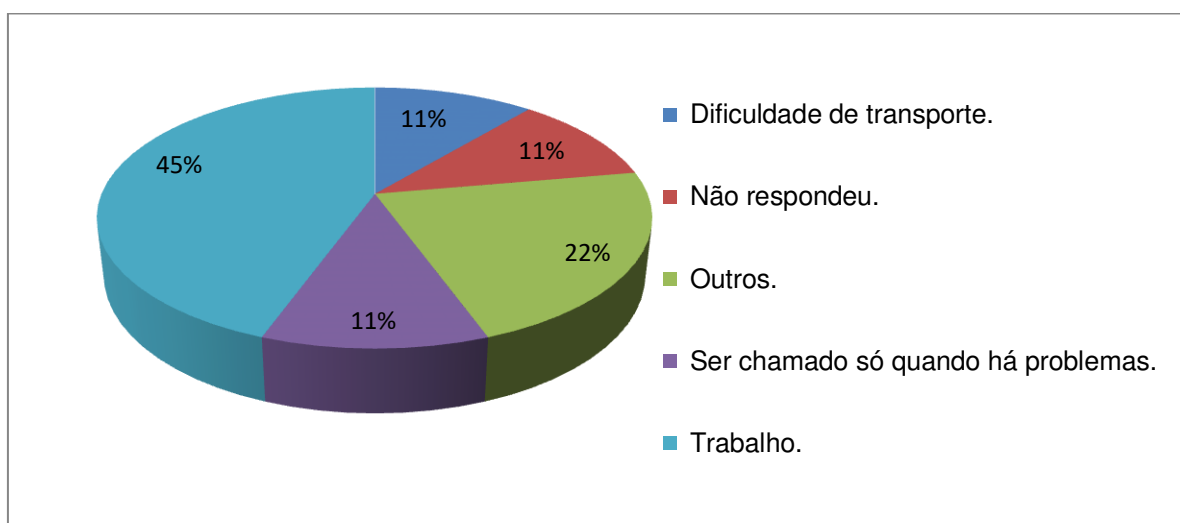


Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pela autora, 2018.

Com base nas duas análises é ratificado que o trabalho é o fator que mais impede participação dos familiares em reuniões. Destaco aqui as falas de Rafaela ao afirmar “me organizo logo, quando vem o aviso da escola. Eu vou para todas as reuniões, logo porque é muito importante à presença da família na escola”, “sempre dou um jeito de ir todas as reuniões porque eu acho muito importante fazer o acompanhamento do meu filho” relata Samara. O trabalho ou mesmo doença aparecem como o principal fator da não participação nas reuniões escolares.

Outra pergunta que considerei ser relevante fazer se destina saber quais motivos mais dificultam a participação nas atividades escolares, pois se tratando de ser uma escola considerada periférica tornou-se necessário discutir o fator de dificuldades encontradas pelas famílias.

GRÁFICO 06 - Motivos que dificultam a participação dos pais nas atividades escolares



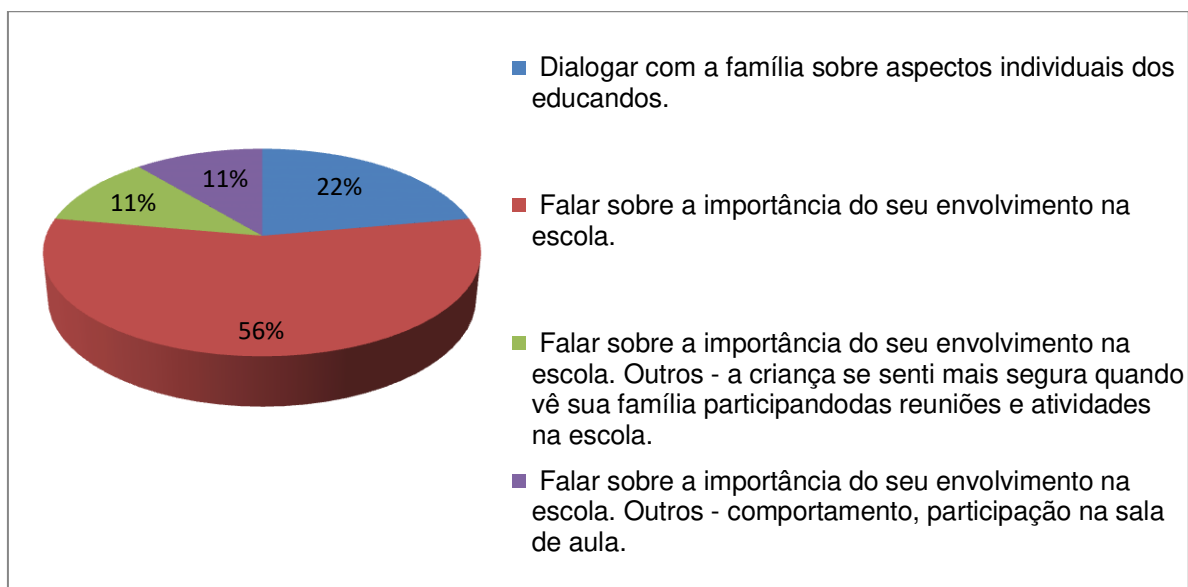
Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pela autora, 2018.

Como apresentado, 45% dos pais encontram dificuldades em participar das atividades por causa do trabalho, mais uma vez o fator trabalho se configurando como um dos fatores que dificultam a aproximação da família ao contexto escolar; 22% apresentaram outros motivos, porém não os definiram, 11% encontra dificuldade com transporte, 11% não respondeu e 11% por só ser chamado quando há problemas.

Baseado nos dados, percebi que a maior dificuldade encontrada pelos pais em participar das atividades é mesmo a questão do trabalho, pois muitas vezes a coincidência de horários os impede de estarem presentes nas atividades desenvolvidas pela escola. Considero importante ressaltar que mesmo apenas 11% apontando ser chamado só quando há problemas, caracteriza que de alguma forma isso se apresenta no ambiente escolar e que a família expressa que gostaria de ser chamado não somente para resolução de problemas, mas também para outras atividades desenvolvidas. Mas por que ser chamado apenas para resolver problemas? É possível envolver a família em outras questões?

Tentando compreender como a família e a escola buscam estreitar laços, a oitava pergunta procurou saber que estratégias os pais consideram importantes como incentivo para a participação da família na escola.

GRÁFICO 07- Estratégias importantes para aproximar os pais da escola



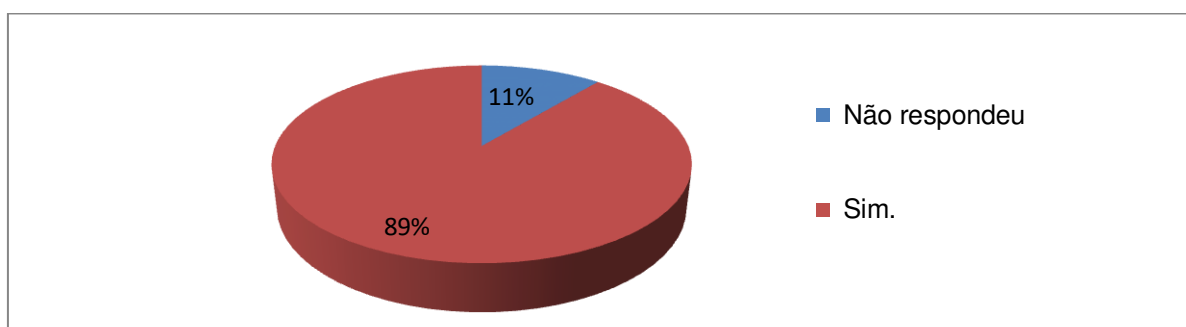
Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pela autora, 2018.

A maioria dos pesquisados entendem que falar sobre a importância do seu envolvimento na escola é uma das estratégias cruciais para se estreitar as relações entre família e escola, o que representa 78% dos sujeitos da pesquisa, bem como o comportamento e a participação da criança na sala de aula. 22% considera o diálogo com a família sobre aspectos individuais dos educandos uma estratégia importante para incentivar a participação da família na escola. Destaco aqui a fala de uma mãe por considerar que o envolvimento da família na escola faz com que a criança se sinta segura, “a criança se sente segura quando vê sua família participando das reuniões e atividades na escola”, diz Rafaela.

Percebemos a partir dos dados que a família considera importante o seu envolvimento na escola e que dele conseqüentemente pode resultar o bom desenvolvimento da criança.

Buscando entender um pouco mais as contribuições que a família pode ter na educação da criança, foi questionado aos pais se consideram que sua participação na escola e nas atividades ajuda no desenvolvimento do ensino /aprendizagem e de que maneira.

GRÁFICO 08 - Participação dos pais na escola e no desenvolvimento de atividades de ensino/aprendizagem



Fonte: Pesquisa de campo – Elaborado pela autora.

Segundo o gráfico é possível perceber que 89% dos pais julgam que sua participação colabora com o desenvolvimento do ensino/aprendizado do educando, um participante não respondeu. Percebemos também as várias formas que os pais acreditam ajudar no desenvolvimento das crianças, Rafaela relata, “minha participação na escola é muito enriquecedora para ela, pois ela vê em mim uma pessoa que tem compromisso com ela e com a escola, o meu acompanhamento é muito importante”; para Patrícia “a participação dos pais na vida escolar do aluno é fundamental para que a criança se sinta segura, assim melhorando o seu conhecimento, desenvolvimento de aprendizagem e convivência na escola”.

Paulo afirma “com minha presença na escola o aluno se sente seguro na educação”; João por sua vez relata “por ele saber e ver que os pais estão se empenhando e valorizando”; e Júlia que diz “com a minha participação na vida escolar do meu filho, ele receberá todo acompanhamento necessário e vai se relacionar muito melhor com o que aprendeu em casa e com as lições de sala de aula”. Mediante todas essas falas é possível notar que a família tem consciência de que sua participação atuante é um dos fatores que permeiam o desenvolvimento do educando, possibilitando segurança para o indivíduo, enriquecendo ainda mais suas aprendizagens, demonstrando o valor e o empenho dedicado por eles.

As instituições família e escola são imprescindíveis para a formação do indivíduo. Iniciada na família a educação exige complemento e sistematização dos conhecimentos já adquiridos, ou seja, precisa relacionar-se com outros atores, por isso, faz-se necessário a partilha de funções com a escola para garantir um ensino-

aprendizado de qualidade. Cada uma dessas instituições deve contribuir reciprocamente para assim desempenhar seus papéis.

Assim pode-se observar por este estudo que a relação de parceria entre família e escola na instituição pesquisada, considera que tal relação não só influi como também contribui para o sucesso escolar do educando da Educação Infantil.

Os processos de aproximação se dão de diversas formas, pois a escola procura buscar não um meio, mas vários, como o diálogo, reuniões, comemorações, etc., no intuito de levar os pais a estabelecer vínculos, conscientizar-se que deles também dependem o desempenho escolar. Os familiares por sua vez também procuram fazer sua parte auxiliando nas tarefas de casa, dialogando com a criança, demonstrando segurança, incentivando os alunos.

Para Bourdieu:

Ainda que o êxito escolar, diretamente ligado ao capital cultural legado pelo meio familiar, desempenhe um papel na escolha da orientação, parece que o determinante principal no prosseguimento dos estudos seja a atitude da família a respeito da escola [...] (BOURDIEU, 2013, p. 55).

Assim mesmo que o capital cultural exerça influencia no êxito escolar, a família é o fator primordial e determinante para estabelecer relações nas quais as funções escolares sejam desempenhadas e por consequência alcançada o tão almejado sucesso escolar. Visto que muitas famílias apresentam determinado capital cultural, mas acabam deixando a educação e o desenvolvimento das aprendizagens de lado.

Na escola pesquisada notamos que de forma diversificada os professores estão em busca da tão almejada colaboração/ participação da família no ambiente escolar, criando oportunidades que propiciem a formação de vínculos e uma boa relação família x escola. As atividades são elaboradas considerando sempre intervenções nas quais a família possa contribuir para o desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem e a família, por sua vez, demonstra buscar interagir tentado auxiliar no desenvolvimento no processo de ensino/aprendizagem.

A partir do momento que a criança sai de casa e passa a frequentar outros ambientes como o da escola é importante que a família também faça parte dessa experiência, pois é a partir dele que a criança irá ampliar sua autonomia e o contato com outras crianças e com o professor irá lhe permitir desenvolver habilidades e

conhecimentos que irão auxiliar aqueles adquiridos no seio da família, assim torna-se relevante sua participação no desenvolvimento de tais habilidades e conseqüentemente obter êxito no ambiente escolar.

Segundo Santos:

A responsabilidade de educar não é exclusivamente da família, nem da escola, ambas precisam possuir a mesma diretriz e se valorizarem mutuamente, uma não deve menosprezar a outra. Se a família atua sobre o indivíduo de forma profunda e durante muito mais tempo, a escola possui também, condições especiais para formação especializada dos seus elementos, para influir sobre o indivíduo (Santos, 2011, p. 18).

Deste modo família e escola devem desempenhar seus papéis de maneira a se integralizarem de forma que uma complemente a outra. Daí a magnitude de partilhar das experiências que cada instituição tem a oferecer.

Pode-se configurar que a relação família-escola deve oferecer condições que privilegiem o desenvolvimento do educando em seus diversos aspectos e que ambas as família-escola são de fundamental importância para formação do indivíduo em qualquer etapa de sua vida e ainda é um fator que pelo qual unidos definem o sucesso escolar do aluno mesmo não sendo as únicas responsáveis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa produzida sobre a família norteou o estudo das relações entre família e escola e suas implicações vindo afirmar que tal interação é fundamental no processo ensino-aprendizagem.

Tanto a família quanto a escola reconhecem a importância de ambas as instituições e que aliadas contribuem para o desenvolvimento escolar do educando na Educação Infantil. Percebemos através de relatos tanto de pais quanto de professores que o empenho e a participação da família nas atividades escolares auxiliam consideravelmente para melhoria do processo de ensino/aprendizagem.

A escola e a família buscam aproximar-se por meio de diálogos, reuniões, palestras, conversas informativas, com intuito de contribuir no desenvolvimento do educando. A escola também considera que estas são estratégias que levam as famílias a terem uma participação dentro do contexto escolar. Estas formas de participação se apresentam de maneira passiva, pois família e escola apenas “falam e/ou ouvem”. São participações impostas onde a família se sente obrigada a realizar atividades consideradas “obrigatórias”.

A participação da família no processo ensino/aprendizagem é de grande valia na Educação Infantil e pedagogicamente dentro do ambiente escolar. O que traz implicações positivas advindas dessa relação.

Pedagogicamente o acompanhamento das atividades pela família vem subsidiar e direcionar a ação da escola na compreensão das capacidades desenvolvidas pelo educando integrando sócio culturalmente as duas dimensões encontradas da relação entre as duas instituições.

A família é importante no processo de desenvolvimento do educando, pois é dela que parte as primeiras interações as quais os sujeitos irão apreender sua vida em sociedade e a partir dela tornar-se cidadão auxiliado pela educação na qual lhe tornará um cidadão reflexivo no meio social.

Durante a realização desta pesquisa percebemos que família e escola estão conscientes de que as implicações resultantes de sua interação são fundamentais para se alcançar os objetivos que uma e outra têm em comum. Porém um dos fatores que impedem o estreitamento dessa relação advém do fato da família

buscar meios de se sustentar - o trabalho, o que de alguma forma compromete o estreitamento dos laços entre elas.

Portanto, pode-se concluir, através da realização da pesquisa e da análise dos dados, que os desafios de introduzir a participação da família no contexto escolar está ficando cada vez mais evidente, visto que não só a escola está consciente de suas atribuições, mas também a família e que mesmo encontrando dificuldades compreende que dela também depende a qualidade e a ascensão do educando nos domínios escolares.

Como sugestão, apresento algumas atividades, que podem servir de incentivo e a princípio deveria ser propostas no Projeto Político Pedagógico da escola, pois o mesmo é um documento que legitimaria todas as ações que poderiam vir a ser desenvolvidas, como por exemplos, atividades educacionais para os pais; palestras e/ou oficinas nas quais possam desencadear habilidades e conscientizar os pais da importância de colaboração; promover atividades lúdicas e educativas que possam criar e/ou estreitar laços entre pais/filhos e pais/escola, assim como envolve-los em decisões escolares que possibilitem promover real interação entre os dois eixos, introduzindo assim uma participação de fato (ativa) como caracterizado por Bordenave.

Em suas falas pais e professoras elucidaram estratégias que de fato expressem a interação entre família e escola e que apresentaram atividades nas quais sua participação torna-se apenas passiva e que precisa ainda desenvolver estratégias que possam possibilitar a inserção da família de fato no ambiente escolar.

Esta pesquisa é de fundamental relevância, pois auxiliará como fonte de pesquisa a outras investigações voltadas para este campo, onde as implicações de interação do eixo família x escola traz ainda oportunidade de aprofundamento, visto que neste município não é possível encontrar outras fontes que norteiam este estudo. Assim como contribuição na área da educação em relação à parceria que envolve família e escola salientando os aspectos positivos e negativos de tal relação.

Sugiro que sejam produzidas mais pesquisas neste campo de estudo em nossa cidade, expondo resultados positivos e reafirmando a categorização da família como eixo norteador do processo de ensino/aprendizagem em consonância

com a escola. E proponho ainda uma pesquisa da relação família-escola e sua participação nas atividades escolares de pessoas com necessidades especiais e/ou na educação inclusiva, pois trata-se de grupo de educandos dos quais merecem um olhar mais atento.

Assim esperamos que esta pesquisa possa contribuir com todos os que buscam conhecer e aproximar família e escola, acreditando que juntas fortalecem suas práticas pedagógicas e que a criança da Educação Infantil dispõe de contextos diferentes, mas que procuram alcançar os mesmos objetivos.

REFERÊNCIAS

ABUCHAIM, Beatriz de Oliveira. Panorama das políticas de educação infantil no Brasil. Brasília: UNESCO, 2018.

AMATO, Rita de Cássia Fucci. Capital cultural, ethos e habitus: analisando as disposições sócio-culturais familiares no âmbito de uma instituição educativo-musical. Acesso 25 de julho de 2018. Encontrado em [www.histerdbr.fe.unicamp.br/acer_histerdbr/jornada/.../Rita%20Amato%20\(R\).doc](http://www.histerdbr.fe.unicamp.br/acer_histerdbr/jornada/.../Rita%20Amato%20(R).doc).

ARIÉS, Philippe, 1914 – 1984 - História social da criança e da família; tradução de Dora Flaksman, -2.ed. -[Reimp.]. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BERGER, Peter L., LUCKMAN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, RJ. Vozes. 24 ed. 2004.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre, Escritos de educação – Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 9. ed. – Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre, Escritos de educação – Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 14. ed. – Petrópolis, RJ. Vozes, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC 2ª versão. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Decreto. ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº8069, de 13/07/90. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação.

Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação. MEC, SEB, DICEI, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conferências Internacionais de Instrução Pública - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. 1965.

BRASIL. Ministério da Educação. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educacional. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Política Nacional de Educação Infantil. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, 1998.

DEL PRIORE. Mary História das mulheres no Brasil. (org.); Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo : Contexto, 2004.

Dicionário Houaiss conciso/ Instituto Antônio Houaiss, organizador, [editor responsável Mauro de Salles Villar]. – São Paulo, 2011.

DROUET, Ruth Caribé da Rocha. Fundamentos da Educação Pré-escolar. São Paulo: Ática, 1990.

DUARTE, Sandra. O emprego das mulheres e as estruturas de apoio às crianças. IV Congresso Português de Sociologia. Lisboa, 1991.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. - São Paulo: Atlas, 6. ed. 2008.

HASCKEL, S. Gestão Democrática Na Educação Infantil: a eleição para diretor de creche. Florianópolis (dissertação) 2005.

JOHNSON, Allan G. Dicionário de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. Educ. Soc., vol. 27, n. 96 – especial, p. 797-818, out. 2006.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação Educação & Realidade, vol. 31, núm. 2, jul./dez., 2006, pp. 155-169 Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil.

PAVIANI, Jayme. Filosofia e educação, filosofia da educação: aproximações e distanciamentos. In: DALBOSCO, C.A.; CASAGRANDA, E.A.; MÜHL, E.H. Filosofia e Pedagogia: aspectos históricos e temáticos. Campinas, SP: Martins Fontes, 2006.

REGO, Tereza Cristina. Vygotsky - Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação. Petrópolis: Vozes, 2013.

REIS, Maria Paula Ivens Ferraz Colares Pereira dos. A relação entre pais e professores: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso. Universidade de Málaga. 2008.

ROSEMBERG, F. A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 82, p. 21-30, ago. 1992.

SANTOS, Ana Lúcia Martins dos. A Importância da participação da família como auxílio na redução do fracasso escolar. Rio de Janeiro, 2011.

SAVIANI, Demerval. Sobre a natureza e especificidade da educação. em aberto, Brasília, ano 3, n. 22, jul./ago. 1984.

SILVA, Luis Gustavo Moreira da.; FERREIRA, Tarcísio José. O papel da escola e suas demandas sociais. Projeção e Docência. Periódico Científico v.5 n. 26 Dezembro 2014.

SOUSA, Jacqueline Pereira De. A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança. Fortaleza, 2012.

VIANNA, Claudia Pereira . A feminização do magistério na educação básica e os desafios parra a pratica e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silva Cristina (Org.) Trabalhadoras: analise da feminização das profissões e ocupações. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180

ANEXO

PESQUISA DE CONCLUSÃO DE CURSO

Cleidiane Alves de Freitas

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada: FAMÍLIA x ESCOLA: um estudo sobre a relação e suas implicações no processo de ensino/aprendizagem na Educação Infantil da Unidade de Educação Infantil Casulo Mãe Eugênia. Desenvolvida pela acadêmica CLEIDIANE ALVES DE FREITAS do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Sociologia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Este estudo tem a finalidade de conhecer e analisar ações que são realizadas na escola para envolver a família no processo de escolarização das crianças e no seu desenvolvimento de ensino/aprendizagem. Visando auxiliar na reflexão sobre o assunto, tendo em vista a superação do quadro de desencontro geralmente presente entre ambas. Esta pesquisa é orientada pela professora Maria José dos Santos, a quem poderá consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (99) 98145-8409 ou e-mail mary.jsantos@yahoo.com.br.

Sua participação nesta pesquisa consistirá na colaboração para responder questionário semiestruturado com duração média de vinte minutos sem a ocorrência de quaisquer riscos.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A

pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu(s) orientador (es) / coordenador(es).

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Assinatura da pesquisadora responsável

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável / orientadora da pesquisa.

Bacabal-MA, ____ de _____ de _____

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do participante ou responsável legal

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de questionário aplicado aos pais da UEI. Casulo Mãe Eugênia

PESQUISA DE CONCLUSÃO DE CURSO

Cleidiane Alves de Freitas

Questionário para os Docentes

Idade: _____

Sexo: () masculino () feminino

Formação _____

Tempo de formação: _____

Tempo de exercício no magistério: _____

Tempo que trabalha nesta escola: _____

1) Como você caracteriza o ambiente na escola onde leciona? E qual o papel da escola?

2) Como você caracteriza a relação entre a escola e as famílias nesta unidade de ensino?

3) Com que regularidade os pais participam da vida escolar? De que forma?

4) De que maneira é feito o contato com os pais? Acredita encontrar vantagens ou desvantagens na participação da família na instituição de educação? Justifique.

5) Quem são os pais que mais vêm à escola? Participam de quais atividades?

6) Quem são os familiares que não vêm à escola? De que forma a escola toma iniciativas para chamá-los/envolver?

7) De que maneira acha que as famílias poderiam participar e colaborar ativamente no desenvolvimento do educando (ou já participam e colaboram)?

8) Algo deveria ou poderia ser feito para aumentar a participação dos pais na escola?

9) Você considera que a participação da família é crucial ou até mesmo o principal motivo do desenvolvimento ensino/aprendizagem para os educando nesta faixa etária da educação?

10) Deseja acrescenta alguma coisa às considerações aqui apresentadas?

Muito Obrigado por sua disponibilidade!

APÊNDICE B - Roteiro de questionário aplicado aos pais da UEI. Casulo Mãe Eugênia

PESQUISA DE CONCLUSÃO DE CURSO

Cleidiane Alves de Freitas

Questionário para os Pais

Estado civil: () Solteiro () Casado () Divorciado/Desquitado/Separado () Viúvo () Outro _____

Nº de filhos: _____

Sexo: () masculino () feminino

1) Qual seu grau de escolaridade?

- a. () não alfabetizado
- b. () Ensino Fundamental incompleto.
- c. () Ensino Fundamental completo.
- d. () Ensino Médio incompleto.
- e. () Ensino Médio completo.
- f. () ensino superior incompleto.
- g. () ensino superior completo.

2) Você está trabalhando atualmente?

Sim () Não ()

Caso sim considera que seu trabalho lhe impede de participar de atividades e tarefas da escola de seu filho? Porque?

3) Conhece as atividades oferecidas pela escola aos alunos?

4) Quais dessas atividades costuma participar?

5) Costuma ajudar nas tarefas e atividades da escola que seu filho estuda?
De que maneira?

6) Participa das reuniões para as quais é convocado?

() Sim () Não

Se respondeu não, diga porquê?

7) O que o (a) impede de participar das reuniões e atividades regularmente promovidas pela escola.

8) Quais os motivos que mais dificultam sua participação nas atividades de educação na escola?

a. () Trabalho

b. () Pouca tradição participativa

c. () Horários das atividades/reuniões

d. () Falta de confiança nos professores

e. () Dificuldade de transporte

f. () Falta de interesse pela vida escola do filho/educando

g. () Considera que é a escola que deve resolver os problemas

h. () Só serem chamados quando há problemas

i. () Outros

9) Que estratégias considera importantes para incentivar a participação das famílias de educação na escola?

a. () Dialogar com a família sobre aspectos individuais dos educandos;

b. () Falar sobre a importância do seu envolvimento na escola;

c. () Informar acerca dos conteúdos programáticos e dos métodos de ensino e estratégia de avaliação

d. () Outra(s)

Qual(ais)? _____

10) Você considera que sua participação na escola e nas atividades de seus filhos ajuda no desenvolvimento de ensino/aprendizagem? De que maneira?

Muito Obrigado por sua disponibilidade!